Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Diretoria de Graduação | DIRGRAD
Departamento de Educação | DEdu

Projeto Pedagógico de Curso

Programa Especial de Formação de Docentes

CAMPUS II | NOVA GAMELEIRA

Versão 2 - Aprovado pelo Colegiado do Curso em 28 mar. 2023

Belo Horizonte
2023

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
Diretoria de Graduação - DIRGRAD
Departamento de Educação - DEdu

Diretor Geral
Prof. Flávio Antônio dos Santos
Vice-diretora
Profª Maria Celeste Monteiro de Souza Costa
Diretora de Graduação
Profª Danielle Marra de Freitas Silva Azevedo
Diretora Adjunta de Graduação
Profª Giani David Silva
Diretor do *Campus* II
Prof. Marcos Fernando dos Santos

Comissão de reestruturação 1ª Versão - (Portaria DIRGRAD Nº 51/2020 e Nº 66/2020):
Sabina Maura Silva (DEDU);
Maria Adélia da Costa (DEDU);
Ana Maria Clementino Jesus e Silva (DEDU).

Comissão de reestruturação 2ª Versão - (PORTARIA ADMINISTRATIVA DEDU Nº 1/2023)
Maria Adélia da Costa (DEDU)
Sabina Maura Silva (DEDU)
Alexandre da Silva Ferry (DEDU)

Núcleo Docente Estruturante (NDE) - (PORTARIA DIRGRAD Nº 15/2021)
Sabina Maura Silva; Alexandre da Silva Ferry; Irlen Antônio Gonçalves; Márcia Gorett Ribeiro Grossi; Maria Adélia da Costa; e Raquel Quirino

Colegiado do Curso – (PORTARIA ADMINISTRATIVA DIRGRAD/CEFET-MG Nº 121/2023)
Presidente: Sabina Maura Silva.
Representantes dos Docentes do Departamento de Educação (DEDU):
Alexandre da Silva Ferry - Titular.
Roger Andrade Dutra – Titular; Raquel Quirino - Suplente.
Luiz Henrique de Lacerda Abrahão – Titular; Irlen Antônio Gonçalves - Suplente.
Representantes dos Docentes do Departamento de Matemática (DM):
Érica Marlúcia Leite Pagani – Titular; Davidson Paulo Azevedo Oliveira - Suplente.
Representantes dos Docentes do Departamento de Linguagem e Tecnologia (DELTEC):
Alcione Gonçalves - Titular.
Representantes dos Discentes:
Maria Clara Lima Costa – Titular; William Ferreira Matos - Suplente.

ABREVIATURAS E SIGLAS

Base Nacional Comum Curricular	BNCC
Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica	BNC-Formação
Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio	CNCT
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET-MG
Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional	CENAFOR
Comissão Permanente de Vestibular	COPEVE
Comissão Própria de Avaliação	CPA
Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão	CEPE
Conselho Nacional de Educação	CNE
Coordenação de Programas de Estágios	CPRE
Departamento de Educação	DEDU
Diário Oficial da União	D.O.U.
Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário	DEDC
Diretoria de Graduação	DIRGRAD
Diretrizes Curriculares Nacionais	DCN
Educação Básica	EB
Educação Profissional Técnica de Nível Médio	EPTNM
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes	Enade
Instituição Federal de Ensino Superior	IFES
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	INEP
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	LDB
Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS
Mestrado Profissional em Rede	ProfEPT
Ministério da Educação	MEC
Núcleo de Pesquisa e Estudos Afro-brasileiros	NEAB
Núcleo Docente Estruturante	NDE
Plano Nacional de Educação	PNE
Programa de Bolsas em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	PIBITI
Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica	PPGET
Projeto de Desenvolvimento Institucional	PDI
Projeto Pedagógico do Curso	PPC
Programa Especial de Formação de Docente	PEFD
Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	RFEPCT
Seminário de Integração: Pesquisa, Ensino e Extensão	SIEPEx
Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior	Sinaes
Trabalho de Conclusão de Curso	TCC

Ficha de Identificação do Curso

Denominação do Curso	Programa Especial de Formação de Docente (PEFD)
Titulação acadêmica conferida	Licenciatura em disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou Eixos Tecnológicos[1].
Modalidade de ensino	Presencial
Carga Horária Total	**775 horas**
Turno de funcionamento	Noturno
Endereço de funcionamento	Av. Amazonas, 7.675 - Nova Gameleira - Belo Horizonte/MG
Regime letivo	Semestral
Número de vagas autorizadas	88
Periodicidade do processo seletivo	semestral
Formas de Ingresso	Processo seletivo
Duração do curso	2 semestres (1 ano)
Tempo para integralização Duração do curso	Previsto: 2 semestres Máximo: 4 semestres
Ato autorizativo de Criação de Curso	Parecer CNE/CES n. 214 de 24/02/1999
Ato autorizativo de funcionamento	Parecer CNE/CES n. 214 de 24/02/1999
Código e-MEC	201008212
Ato regulatório de Reconhecimento de Curso	Portaria MEC n. 2. 372, de 05/07/2006
Ato regulatório de renovação de reconhecimento de Curso	Portaria MEC SERES nº 565/18, de 21 de agosto de 2018
Conceito Preliminar do Curso	5
Nota do ENADE	Não se aplica

[1] O diploma de conclusão a ser expedido aos discente do Programa de Formação Pedagógica de Docentes, voltado para o magistério de disciplinas da área técnica na educação profissional e tecnológica, deve conter a especificação respectiva ao eixo tecnológico ao qual o discente se habilitou para lecionar - PARECER CNE/CES Nº: 709/2021.

SUMÁRIO

1. Introdução 7

2. Justificativa da oferta do curso 10

3. Princípios Norteadores do Projeto 13

4. Organização Didático-Pedagógica 15

4.1. Perfil do Egresso 16

4.2. Objetivos do Curso 17

4.3. Metodologia de Ensino 18

4.4. Ações de acolhimento e de apoio didático-pedagógico aos discentes 18

4.5. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado 19

4.6. Atividades Complementares 21

4.7. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 22

4.8. Estrutura curricular e seus componentes 23

4.9. Distribuição da carga horária conforme Resolução CNE/CP nº 02/2019 23

4.10. Eixo de Conteúdos: Estudos Básicos 24

4.11. Eixo de conteúdos: prática pedagógica na área ou no componente curricular .. 26

4.12. Apresentação das disciplinas 26

4.12.1 Disciplina - Avaliação da Aprendizagem 28
4.12.2 Disciplina: Atelier de Práticas Pedagógicas I: Metodologias de Ensino 28
4.12.3 Disciplina - Atelier de Práticas Pedagógicas II: Produção de recursos didáticos 28
4.12.4 Disciplina – Bases Conceituais em Educação Profissional e Tecnológica 29
4.12.5 Disciplina - Didática 29
4.12.6 Disciplina - Educação e Cidadania: Direitos Humanos e Meio Ambiente 30
4.12.7 Disciplina – Educação, Jovens, Adultos e o Mundo do Trabalho 30
4.12. 8 Disciplina – Ética e Educação 30
4.12.9 Disciplina - Filosofia da Educação 31
4.12.10 Disciplina - História da Educação 31
4.12.11 Disciplina - Inclusão e Necessidades Educacionais Específicas 31
4.12.12 Disciplina - Libras I 32
4.12.13 Disciplina – Libras II 32
4.12.14 Disciplina - Neurociência aplicada nos processos de aprendizagem 32
4.12.15 Disciplina - Organização Político-pedagógica da Educação Básica 33
4.12.16 Disciplina - Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual 33
4.12.17 Disciplina - Sociologia da Educação 33

4.13. Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem 34

4.14. Políticas institucionais no PEFD 35

4.15. Políticas de ensino, pesquisa e extensão implantadas no PEFD 35

4.16. Políticas de apoio discente 36

4.17. Turno de implantação do curso 37
4.18. Forma de ingresso, número de vagas e periodicidade da oferta 37
5. Monitoramento do Projeto Pedagógico do Curso 38
5.1. Autoavaliação institucional e avaliação externa do curso 39
5.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE) 40
5.3 Atuação do Coordenador do Curso 40
6. Implantação do Projeto Pedagógico do Curso 41
6.1. Pessoal docente e técnico-administrativo 41
6.2. Infraestrutura 42
6.3. Monitoramento da implantação da proposta 42
Referências do Projeto 43
Apêndice A - Referências Bibliográficas das Disciplinas 47
Apêndice B – Perfil dos Professores do PEFD 57

1. Introdução

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso Programa Especial de Formação de Docente (PEFD), do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), que se organiza a partir da Resolução CNE nº 2 de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Formação Inicial em Nível Superior de Professores para a Educação Básica (EB) e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) (BRASIL, 2019a).

O curso de formação de docentes no CEFET-MG tem uma história significativa que remonta a 1978, quando a instituição iniciou a oferta de licenciaturas plenas e curtas para disciplinas especializadas do antigo 2º grau. Desde então, houve uma evolução contínua, com a introdução de programas específicos para a formação de professores nas áreas de ensino médio e técnico.

Em 1998, uma nova proposta de formação pedagógica de docentes foi apresentada ao MEC, resultando na criação do Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes, autorizado pelo Parecer CNE/CES n. 214 de 1999. O programa foi bem avaliado e recebeu o conceito A do MEC em 2004.

No entanto, em 2015, a carga horária do curso foi ajustada de acordo com a Resolução CNE/CP nº 02, aumentando para um mínimo de 1.000 horas. O curso passou a ser ofertado com 1.300 horas, distribuídas em quatro semestres. Em 2017, o programa recebeu uma avaliação positiva, alcançando o conceito 5 pela Comissão de Avaliação do MEC, consolidando sua qualidade e reconhecimento institucional. Essa trajetória demonstra o compromisso do CEFET-MG com a formação de professores de excelência ao longo de décadas.

Inicialmente, o Programa Especial de Formação de Docentes (PEFD) era oferecido no **campus VI**, sendo transferido para o **campus II**, Nova Gameleira, em 2010. Essa mudança foi considerada uma melhoria significativa para o curso, pois tanto alunos quanto professores passaram a contar com uma infraestrutura mais adequada. Além disso, a transferência proporcionou uma melhor integração social, uma vez que no campus VI não havia oferta de nenhum curso regular da instituição.

Desde já, esclarece-se que a reformulação do curso tem, também, a finalidade de atrair profissionais graduados não licenciados para a profissão docente, visando garantir uma base teórico-prática sólida no campo da educação, adequada ao contexto da sociedade contemporânea.

A formação dos professores e demais profissionais da Educação, conforme explicitado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 2 de dezembro de 1996, visando ao atendimento das especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, tem como fundamentos: i) a associação entre as teorias e as práticas pedagógicas; ii) a sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho; e iii) o aproveitamento da formação e das experiências anteriores, desenvolvidas em instituições de ensino, em outras atividades docentes ou na área da Educação.

Além disso, é requerido do licenciando o desenvolvimento de competências gerais relacionadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 – Competências gerais da BNCC

1. Conhecimento	Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Pensamento científico, crítico e criativo	Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Repertório cultural	Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Comunicação	Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, além de produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Cultura digital	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Trabalho e projeto de vida	Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais, apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentação	Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Autoconhecimento e autocuidado	Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo- se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Empatia e cooperação	Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Responsabilidade e cidadania	Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Brasil (2019).

Essas competências representam um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que buscam promover o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural. Elas se referem a três dimensões, conforme apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Dimensões da formação de professores da educação básica

Fonte: Elaborado pela comissão PPC, 2023.

Cada uma dessas dimensões possui quatro competências específicas, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Dimensões da formação de professores e competências específicas

Conhecimento Profissional	Prática Profissional	Engajamento Profissional
I - dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los;	I - planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens;	I - comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional;
II - demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem;	II - criar e saber gerir os ambientes de aprendizagem;	II - comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender;
III - reconhecer os contextos de vida dos estudantes;	III - avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino; e	III - participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção de valores democráticos; e
IV - conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.	IV - conduzir as práticas pedagógicas dos objetos do conhecimento, as competências e as habilidades.	IV - engajar-se, profissionalmente, com as famílias e com a comunidade, visando melhorar o ambiente escolar.

Fonte: Brasil (2019).

A noção de competência remete para situações nas quais é preciso tomar decisões e resolver problemas, associa-se à compreensão e avaliação de uma situação, uma mobilização de saberes, de modo a agir/reagir adequadamente. Assim,

> a tomada de decisão (expressar conflitos, oposições), a mobilização de recursos (afetivos e cognitivos) e o saber agir (saber dizer, saber fazer, saber explicar, saber compreender) são as características principiais da competência, que permitem entender este conceito como uma forma de controlar (simbolicamente) as situações da vida (DIAS, 2010, p. 75).

Todavia, Silva (2003) destaca que é preciso refletir sobre as concepções que envolvem esse conceito, pois, a palavra competência está sempre presente em documentos normativos referentes a reformas curriculares. Em suas palavras:

> Um dos termos reiteradamente presentes nas prescrições curriculares é o termo competências. De acordo como Hamilton (1992, p. 23) há palavras que se tornam 'lugares-comuns' no discurso pedagógico e, como tal, precisam ser

> trazidas para a 'linha de frente da análise educacional', pois, caso contrário, correm o risco de que suas origens e evolução, seu caráter histórico enfim, fiquem ocultos e induzam a uma falsa ideia de estabilidade no campo da escolarização (SILVA, 2003, p. 22).

Com base em Bernstein (1996), Silva (2003, p. 26), explica que a teoria das competências é trajada por uma "concepção instrumental e mecanicista da formação humana", porque a sociedade desconsidera a dimensão sociocultural.

Contextualização do

Assim, a proposta deste Curso de Formação Pedagógica para Graduados *não Licenciados* justifica-se, basicamente por três aspectos, a saber: a) o marco legal; b) a demanda por professores habilitados, principalmente em virtude da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica; c) a necessária qualificação da Educação.

2. Justificativa da oferta do curso

O PEFD, com quase três décadas de existência, é um programa destinado a formar professores, atraindo profissionais de diferentes áreas em busca de uma nova carreira no magistério. Baseado em princípios pedagógicos fundamentais, o programa oferece conhecimentos sobre teorias da educação, avaliação e organização escolar. Sua oferta contínua visa suprir a demanda por professores na educação básica, promovendo a inclusão e a mobilidade profissional de graduados não licenciados.

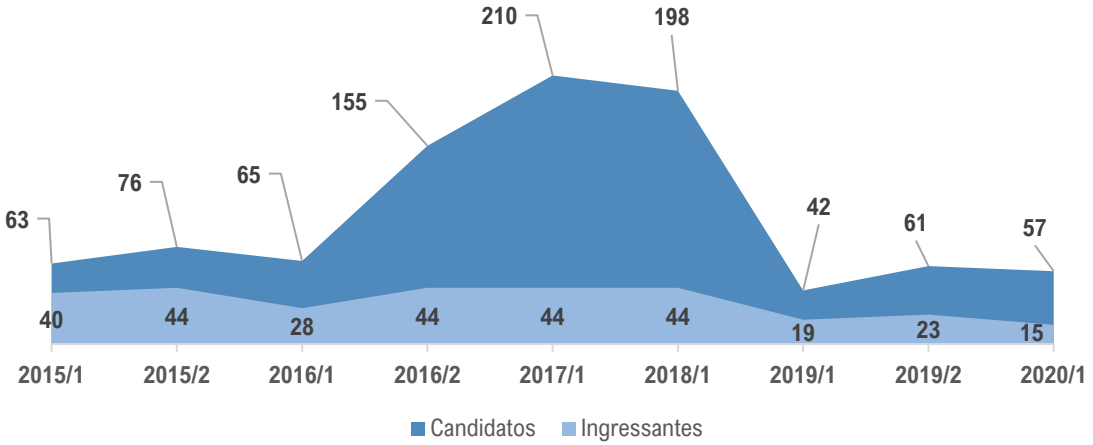
Inicialmente estabelecido em 1997 para preencher lacunas na formação pedagógica de profissionais que atuam na educação técnica de nível médio, o PEFD continua a desempenhar um papel vital na formação de docentes qualificados para a educação básica em Minas Gerais, originando-se do histórico estabelecimento de cursos de formação de professores no CEFET-MG desde a década de 1980.

Em 2004, o programa recebeu uma avaliação com **conceito A** do MEC para o seu reconhecimento. Desde esse ano, o PEFD não havia sido avaliado pelo MEC, o que veio ocorrer novamente em junho de 2017, quando recebeu a nota máxima - 5.

Em 1º de julho de 2015, a Resolução CNE/CP nº 02 foi promulgada, modificando a carga horária do curso de **615 horas** para um mínimo de **1.000 horas**. Para atender a essas normas e se preparar para a próxima avaliação do MEC, o PEFD passou a ter uma carga horária de **1.300 horas** e o tempo de conclusão do curso aumentou de **dois para quatro** semestres. Salienta-se que o PEFD somente implantou o novo PPC com a carga horária de 1.300 horas no primeiro semestre de 2019. E, neste mesmo ano, foi revogada a Resolução CNE/CP nº 02/2015 e publicada a Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, exigindo novas alterações nos cursos em oferta. Para além destes aspectos normativos legais, o **que aconteceu neste período em que o curso começou a funcionar com essa nova organização curricular e temporal?**

Primeiramente, analisa-se o cenário dos processos seletivos antes e depois dessa reestruturação. Para tanto, elaborou-se o Gráfico 1 com dados dos processos seletivos dos últimos CINCO anos, obtidos na Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) do CEFET-MG.

Gráfico 1 - Processo seletivo para o PEFD, 2015 – 2020



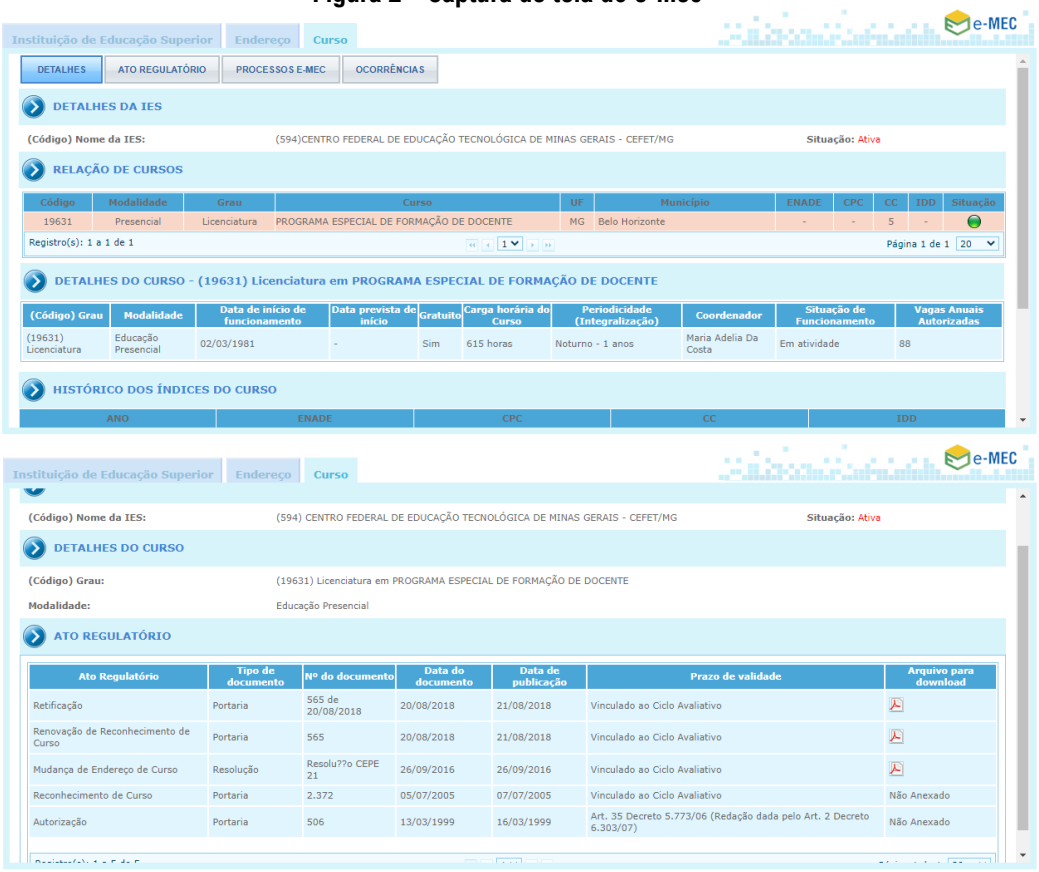
Fonte: Elaborado a partir dos dados da COPEVE, CEFET-MG, 2020.

Em 2015, o PEFD registrou 139 inscrições para 88 vagas, gerando uma demanda de mais de 2 candidatos por vaga. No ano seguinte, em 2016, houve um aumento significativo para 219 inscritos, representando um aumento de 50% em relação ao ano anterior. Em 2017, o número de inscrições permaneceu alto, com 213 candidatos, resultando em uma média de 4,8 candidatos por vaga, quase igual à média dos dois semestres de 2016. É importante ressaltar que, durante esse período de aumento na demanda, a carga horária do curso permaneceu em 615 horas, mesmo havendo planos para a transição para um novo PPC de 1.300 horas. No entanto, a partir de 2019, com a implementação do novo programa de dois anos e a conquista da nota máxima de 5, houve uma queda significativa na procura, a ponto de não haver candidatos suficientes para preencher todas as vagas disponíveis.

Essa redução na demanda levou os professores do DEDU a investigarem as possíveis razões por trás disso. Uma das hipóteses levantadas foi que o aumento da duração do curso para dois anos foi considerado desestimulante pelos candidatos. Diante dessa situação, a coordenação do programa desenvolveu um projeto para adequar o curso à nova diretriz da Resolução CNE/CP nº 02/19. No entanto, a diretoria de graduação não pôde aprovar as mudanças devido à impossibilidade de ajustes na plataforma E-MEC, uma vez que o CEFET-MG não oferece licenciaturas.

Apesar dos desafios, em 18 de agosto de 2019, a instituição enviou uma solicitação de renovação do reconhecimento do curso ao MEC, através do processo nº 201921406. No entanto, apenas em 07 de dezembro de 2022, a instituição recebeu a informação de que o processo havia sido cancelado por decurso de prazo. No entanto, foi destacado que o curso permanece com status de "Em atividade" no Cadastro-MEC e está apto para processo regulatório no sistema E-MEC, conforme evidenciado na Figura 2.

Figura 2 – Captura de tela do e-mec



Fonte: https://emec.mec.gov.br/, 2022.

Diante disso, o PEFD propõe oferecer habilitações para disciplinas acadêmicas relacionadas às áreas de graduação, tanto para as disciplinas da BNCC quanto para aquelas dos Eixos Tecnológicos. Para isso, a matriz curricular da graduação de origem deve apresentar, no mínimo, **360 horas** cursadas em disciplinas relacionadas à habilitação desejada. É importante ressaltar que a demanda por habilitação em eixos tecnológicos tende a aumentar, considerando que a **Meta 15** do Plano Nacional de Educação (2014-2024) prevê que seja assegurado que todos os docentes da educação básica possuam formação específica, de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Diante do exposto, enfatizamos que as alterações e adequações feitas nesta reestruturação, considerando o caráter especial do curso de formação docente que o desobriga do cumprimento de algumas práticas e atividades correspondentes a cursos de graduação *stricto senso*, gostaríamos de informar que todas as escolhas curriculares têm um impacto significativo no perfil do egresso e nos objetivos do curso.

Longe de desejar um curso superficial, nossa comissão proponente buscou equilibrar a necessidade de oferecer um curso abrangente, porém atrativo para os candidatos, com a realidade da demanda e sobrevivência do programa. Optamos por uma análise detalhada do contexto histórico-social dos PPCs oferecidos pelo programa.

O foco do curso reside na formação no campo da educação, considerando que os conhecimentos específicos da área de graduação são pressupostos para serem atendidos na delimitação mínima de 360 horas cursadas na graduação de origem. Assim, o desenho do curso foi fundamentado no objetivo geral de formar professores da

educação básica capacitados para compreender de forma crítica e contextualizada os processos históricos que moldaram e continuam a influenciar as práticas e concepções educacionais. Isso visa promover uma atuação pedagógica mais consciente e eficaz.

Portanto, não fazia sentido mantermos disciplinas com conteúdos específicos da área de graduação do aluno, uma vez que não é essa a finalidade do PEFD. Além disso, a experiência mostrou que a maioria dos professores de outros departamentos que lecionavam neste curso não tinham formação pedagógica e eram possíveis candidatos a se tornarem alunos do PEFD.

3. Princípios Norteadores do Projeto

Conforme consta no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do Cefet-MG, os pressupostos para a elaboração dos projetos pedagógicos e currículos dos cursos são orientados por quatro dimensões básicas: epistemológica, antropológica, axiológica e teleológica (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, 2016).

Dimensão Epistemológica: refere-se à forma como os conhecimentos curriculares são aplicados e validados (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, 2016). Assim sendo, esse PPC visa para além da habilitação técnica, a capacidade do estudante em desenvolver análise crítica da produção de conhecimento envolvido em sua formação. Nesse aspecto, o currículo foi organizado de modo a associar atividades de pesquisa e dinâmicas próximas à realidade profissional que o estudante enfrentará. À vista disso, pretende-se formar futuros educadores que sejam capazes de:

i) integrar conhecimentos de diferentes áreas do saber para compreender questões complexas e interconectadas da sociedade atual;
ii) desenvolver o pensamento crítico, identificar preconceitos, pressupostos e pontos de vista divergentes, e formular argumentos fundamentados;
iii) adaptar os conteúdos curriculares e as metodologias de ensino para atender às necessidades e interesses dos estudantes, levando em consideração as demandas da sociedade contemporânea;
iv) aprimorar uma consciência crítica sobre os processos de produção e disseminação do conhecimento, incluindo suas implicações sociais, políticas, econômicas e culturais;
v) propor e implementar novas abordagens, estratégias e tecnologias educacionais que promovam uma aprendizagem significativa e contextualizada, em consonância com os desafios e demandas da sociedade contemporânea;
vi) reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica, social e linguística dos estudantes, incorporando diferentes perspectivas e experiências no processo educacional.

Diante disso, considera-se que os futuros professores estarão mais bem preparados para compreender e atuar de forma crítica e reflexiva diante dos desafios e transformações da sociedade contemporânea, contribuindo para uma educação mais significativa e contextualizada para os estudantes da educação básica.

Dimensão Antropológica: aborda a "visão sobre o ser humano com quem nos relacionamos e buscamos formar" (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

DE MINAS GERAIS, 2016, p. 11). Engloba considerações sobre a natureza humana, o desenvolvimento pessoal e social, as potencialidades individuais e coletivas, além da compreensão das necessidades e aspirações dos estudantes enquanto sujeitos de aprendizagem.

Para isso, organizou-se componentes curriculares como por exemplo, a disciplina de Filosofia da Educação que explora diversas questões, incluindo as dimensões antropológicas, políticas, estéticas e axiológicas da Educação, bem como a epistemologia e Teoria do Conhecimento. A disciplina de Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual, que visa promover reflexões sobre identidade pessoal e cultural, assim como sobre as várias formas de diversidade humana, como raça, etnia, gênero, orientação sexual, religião, entre outras.

Embora se tenha destacado especificamente essas duas disciplinas como parte integrante dessa dimensão, é importante ressaltar que ela permeia todo o curso, por meio de abordagens de questões mais amplas, como a análise das dinâmicas das relações interpessoais na sala de aula e na escola. Isso envolve considerações sobre poder, autoridade, respeito mútuo e cooperação, permitindo aos futuros professores uma compreensão mais profunda das interações sociais entre alunos e entre alunos e professores.

Dimensão Axiológica: refere-se aos "valores que são construídos e reconstruídos no processo educacional" (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, 2016, p. 11). Esta dimensão aborda questões éticas, morais e culturais, e como tais valores são incorporados ao currículo e à prática pedagógica para promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

No PEFD, essa dimensão possibilita debates sobre justiça social, equidade e sustentabilidade, especialmente no componente curricular Educação e Cidadania: Direitos Humanos e Meio Ambiente. Além disso, busca-se fomentar um diálogo interdisciplinar não só dentro do curso, mas também em nível institucional e com o mundo do trabalho. Internamente, isso ocorre entre as diversas disciplinas, permitindo aos estudantes fazerem conexões entre os temas abordados e compreender sua inter-relação. Isso os prepara para uma atuação mais integrada em suas práticas pedagógicas.

Esse diálogo se estende para além do curso, envolvendo a colaboração com outras áreas e programas dentro da instituição, como o mestrado e doutorado em educação (PPGET), integrando os alunos do PEFD a projetos interdisciplinares de pesquisa e extensão.

Adicionalmente, no ambiente profissional, os futuros professores têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos no curso para enfrentar as demandas da prática educacional. Isso inclui a experiência do estágio supervisionado, que proporciona uma imersão na realidade escolar e a oportunidade de colocar em prática os aprendizados teóricos.

Dimensão Teleológica: trata dos "fins aos quais o processo educacional se propõe" (CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS, 2016, p. 11). Envolve a definição de objetivos educacionais claros e coerentes, que orientam o planejamento curricular e as estratégias de ensino para alcançar o pleno desenvolvimento dos estudantes e prepará-los para os desafios da vida pessoal, profissional e cidadã.

Essa dimensão é abordada para ajudar os futuros educadores a compreenderem os objetivos e propósitos da educação, além de desenvolverem uma visão clara de seu

papel na formação dos alunos. Por exemplo, na disciplina Didática, são discutidos temas como trabalho docente, processo didático e a relação entre professor, aluno e conhecimento na sala de aula. Isso incentiva a reflexão sobre o papel do professor como agente de transformação social e mediador do processo de aprendizagem dos alunos, destacando a importância de sua atuação na promoção dos objetivos educacionais e na formação integral dos estudantes.

Na disciplina de Avaliação da Aprendizagem, são abordadas concepções e fundamentos teóricos da avaliação, além de estratégias de avaliação do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva emancipatória. Isso reforça a vocação integradora do curso, que busca alinhar seus objetivos educacionais com as necessidades da sociedade e os propósitos mais amplos da educação.

Na disciplina Atelier de Práticas Pedagógicas I e II, os futuros professores são incentivados a planejar suas práticas de acordo com os objetivos educacionais estabelecidos, considerando as necessidades e características dos alunos, os conteúdos curriculares e as metodologias de ensino mais adequadas.

Assim, o curso não apenas prepara os futuros professores para suas funções de forma competente, mas também os ajuda a compreender o papel fundamental que desempenham na formação integral dos alunos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Além disso, o curso se fundamenta em dois princípios fundamentais para a formação de um "professor pesquisador", conforme Gatti (2020). **O primeiro** é a associação da formação de professores com o desenvolvimento socioeconômico e com a realidade da comunidade, visando à construção de alternativas educativas e à transformação da escola. **O segundo** é a integração teoria-prática na formação de professores, por meio de um currículo voltado para a ação e para o contexto de atuação, priorizando o aprendizado permanente e a criatividade. Essa compreensão destaca a relação teoria e prática como o núcleo estruturador do currículo e da ação pedagógica, integrando conhecimento tácito e teórico.

4. Organização Didático-Pedagógica

O presente documento baseia-se na legislação vigente, destacando especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme as Resoluções CNE/CP nº. 4, de 17 de dezembro de 2018, e nº 2, de 22 de dezembro de 2019, bem como na Reforma do Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Adicionalmente, a Comissão responsável avaliou um extenso conjunto de materiais bibliográficos, filtrando apenas o que se mostrou relevante para a elaboração deste projeto, conforme registrado nas referências bibliográficas.

No processo de concepção, foram analisados projetos de cursos oferecidos por institutos e universidades federais, além de projetos pedagógicos de cursos em áreas afins (licenciaturas). Artigos acadêmicos, como os de Gonçalves et al (2021) e Gatti (2019), assim como obras de autores como Costa (2016; 2020), foram incorporados à pesquisa. Também se considerou os resultados de pesquisas conduzidas em programas de pós-graduação, como o Mestrado em Educação Tecnológica - Mendes (2019), e em instituições como a PUC Minas, incluindo trabalhos como o de Simão (2004).

Internamente, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI) da instituição serviram de referência para a concepção do projeto. Além disso, a Instrução Normativa DIRGRAD/CEFET-MG nº 1, de 27 de janeiro de 2023, bem como os projetos pedagógicos de cursos de graduação do próprio CEFET-MG, foram fontes importantes de pesquisa e embasamento para o presente documento.

4.1. Perfil do Egresso

O PEFD propõe-se a formar profissional que, a partir da compreensão e da análise do todo em que se constitui a organização do trabalho educativo, seja capacitado para atuar no ensino, na organização e na gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais, bem como na produção e difusão do conhecimento, portanto, utiliza-se de sua formação para atuar em diversas áreas da educação formal e não formal.

O trabalho pedagógico constituirá o principal articulador dessa formação, sendo direcionado para a atuação nas séries finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Técnico de Nível Médio (ETNM), conforme componente da organização curricular correspondente à habilitação que obtiver no PEFD.

Para isso, o curso investe na proposta de que todas as atividades curriculares e extracurriculares desenvolvidas pelos diversos professores se fundamentem na pluralidade intelectual, política, ética e estética.

Dessa maneira, as reflexões elaboradas com os alunos no decorrer do curso, em suas diversas habilitações, vão contribuir para o processo de formação profissional, entendido como um permanente devir, sem haver um padrão previamente projetado e circunscrito a apenas um tipo de formação.

Busca-se, portanto, possibilitar a formação de um professor esteja preparado para articular estratégias e conhecimentos que permitam o desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões: intelectual, física, social, emocional e cultural, como previsto na BNCC.

De modo pontual, o perfil do egresso do PEFD é o de um profissional preparado para:

- → exercer a docência tendo consciência do significado político-social da educação escolar, a partir da compreensão das múltiplas condições que se entrecruzam no processo educativo;
- → superar a concepção de docente como transmissor de conhecimentos, ampliando o espectro de ação do professor, ao compreender a educação como uma prática social reflexiva e concreta, inserida em contextos cada vez mais complexos, incertos e mutáveis;
- → avaliar suas práticas pedagógicas à luz de referenciais teóricos;
- → criar expectativas e projetos de formação permanente;
- → criar e administrar situações de aprendizagem e de ensino adequadas a uma formação ampla do estudante enquanto sujeito sociocultural;
- → realizar a atividade pedagógica de maneira coletiva, interdisciplinar e investigativa, por meio do desenvolvimento de processos de planejamento e de avaliação permanentes com outros professores e com os estudantes;
- → desenvolver habilidades relacionadas à melhoria das relações humanas;

- → problematizar e integrar aos conhecimentos disciplinares questões sobre raça, gênero e diversidade sexual, especialmente considerando aspectos como racismo estrutural e o "lugar" da mulher na sociedade contemporânea;
- → diversificar os instrumentos de avaliação da aprendizagem, sobretudo, considerando a perspectiva formativa, processual e cumulativa;
- → apropriar-se criticamente dos processos e modos de produção, sobretudo no campo específico da habilitação profissional.

Considera-se que o perfil de profissional pretendido para o egresso do PEFD, está em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e BNC-Formação, bem como com o PDI do CEFET-MG.

4.2. Objetivos do Curso

O PEFD tem como objetivo geral formar professores da educação básica capacitados para compreender de forma crítica e contextualizada os processos históricos que moldaram e continuam a influenciar as práticas e concepções educacionais. Isso visa promover uma atuação pedagógica mais consciente e eficaz.

O currículo do PEFD abrange uma série de objetivos específicos que visam preparar os futuros professores para os desafios do ambiente educacional contemporâneo. Uma das metas fundamentais é a análise dos marcos históricos da educação, permitindo que os professores identifiquem como esses eventos influenciaram as práticas pedagógicas atuais.

Além disso, o curso busca desenvolver uma compreensão aprofundada das teorias e práticas de avaliação da aprendizagem, com ênfase na perspectiva emancipatória, que promove o empoderamento dos alunos. Outro aspecto relevante é a reflexão sobre os desafios enfrentados pela educação em diferentes contextos históricos e sociais, capacitando os professores a lidar de forma eficaz com as demandas variadas do ambiente escolar.

Para tanto, é essencial estimular o envolvimento dos estudantes em atividades pedagógicas que contribuam para a formação de sua identidade docente, proporcionando experiências práticas em instituições de ensino. Ademais, o curso busca aprimorar as práticas pedagógicas por meio da interação com metodologias e estratégias ativas de aprendizagem, que incentivam a participação ativa dos alunos no processo educacional. Isso inclui o desenvolvimento de atividades que fazem uso de diversos recursos didáticos, visando tornar o ensino mais dinâmico e envolvente para os estudantes.

Além disso, o PEFD aborda questões fundamentais como as dimensões antropológicas, políticas, estéticas e axiológicas da educação formal, proporcionando uma compreensão abrangente do papel da educação na sociedade. Também são explorados temas como o trabalho como princípio educativo, as bases neurológicas da aprendizagem e as reformas do sistema educacional brasileiro.

Ao abordar esses diversos aspectos, o PEFD prepara os futuros professores para enfrentar os desafios e demandas do ambiente educacional contemporâneo, capacitando-os para uma atuação profissional comprometida e eficaz.

4.3. Metodologia de Ensino

O percurso metodológico do curso de formação de professores abrange uma variedade de métodos e estratégias que visam promover uma aprendizagem significativa e contextualizada. Nesse sentido, é importante destacar que a metodologia e os métodos de ensino não são esquemas universais aplicáveis de maneira mecânica, mas sim moldados a partir de situações específicas e contextos sociais.

Para alcançar os objetivos propostos, a metodologia do curso deve ser flexível e dinâmica, fundamentada em uma perspectiva de avanço em reflexões teóricas e práticas vivas (Manfredi, 1999). Isso significa que as práticas pedagógicas devem ser precedidas por uma reflexão sobre a prática social e profissional, promovendo uma formação crítica e reflexiva.

No PEFD, as disciplinas e práticas pedagógicas são desenvolvidas considerando a complexidade da profissão docente e os diversos contextos em que as escolas de educação básica estão inseridas. Os professores do curso reconhecem a importância da interação entre teoria e prática no desenvolvimento dos saberes docentes.

Assim, a relação professor e aluno é pautada pelos princípios de uma educação autônoma e criativa, em que o conhecimento não é apenas transmitido passivamente, mas é reconstruído e reelaborado através de diversas atividades e práticas. O espaço de aprendizagem transcende as salas de aula e engloba projetos de pesquisa, incluindo iniciação científica, e atividades de extensão comunitária.

Além disso, outros espaços, como participação em seminários e atividades culturais, são considerados como oportunidades valiosas para a formação docente. Essa abordagem ampla e integrada visa preparar os futuros professores para enfrentar os desafios da prática pedagógica de forma reflexiva e contextualizada.

É importante ressaltar que os alunos do PEFD têm aulas semanais no **Laboratório Maker**, localizado no campus VI do CEFET-MG, durante um semestre. Este período é de grande relevância para os futuros professores, pois lhes oferece a oportunidade não apenas de experimentar metodologias ativas, mas também de criar recursos e materiais didáticos específicos para suas áreas de especialização científica.

Além disso, destaca-se que o estágio supervisionado é compreendido como uma metodologia de aprendizagem que proporciona uma imersão real no ambiente escolar, permitindo que os estudantes experimentem e apliquem os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula.

Essa experiência prática permite aos futuros professores desenvolverem habilidades pedagógicas essenciais, como planejamento de aulas, comunicação eficaz, gestão de sala de aula, avaliação de alunos e adaptação a diferentes contextos educacionais. Além disso, o estágio supervisionado oferece a oportunidade de os estudantes refletirem criticamente sobre suas práticas, identificarem desafios e desenvolverem estratégias para superá-los.

Ao vivenciar situações reais de ensino e aprendizagem, os estagiários têm a chance de compreender melhor as complexidades do trabalho docente, incluindo questões relacionadas à diversidade cultural, socioeconômica e de aprendizagem dos alunos.

4.4. Ações de acolhimento e de apoio didático-pedagógico aos discentes

A Resolução CGRAD nº 15/2022 estabelece objetivos específicos para as ações de acolhimento, incluindo: facilitar a construção de identidades individuais e coletivas, otimizar o tempo dos alunos na instituição, familiarizá-los com a infraestrutura e serviços, orientá-los em procedimentos acadêmico-administrativos e apresentar órgãos colegiados e normas acadêmicas.

Cabe lembrar que o PEFD tem singularidades que o distanciam de algumas das diretrizes da graduação, como no caso específico do objetivo de *possibilitar a construção de identidades pessoais e coletivas, fundamentais para o desenvolvimento das atividades acadêmicas,* ***tendo em vista a transição do ensino médio para o ensino superior***. Isto porque os alunos são, obrigatoriamente, portadores de diploma de ensino superior.

Outra especificidade está no fato de o curso ocorrer em apenas um ano. No entanto, entende-se que a coordenação de curso possa promover ações de acolhimento e de apoio didático-pedagógico aos discentes, sobretudo no acompanhamento de sua trajetória formativa no CEFET-MG.

Desse modo, compreende-se que as ações de acolhimento e de apoio didático-pedagógico aos discentes podem ser implementadas no PEFD com o objetivo de proporcionar um ambiente acolhedor e propício ao aprendizado, além de ajudar os estudantes a superarem possíveis dificuldades de aprendizagem. Algumas dessas ações são:

I. **Recepção e acolhimento**: é importante que os alunos se sintam acolhidos desde o momento em que chegam à instituição. Uma recepção calorosa e um tour pelo campus podem ajudar os estudantes a se familiarizarem com o ambiente e se sentirem mais à vontade.
II. **Orientação acadêmica**: oferecer orientação acadêmica aos estudantes pode ajudá-los a definir seus objetivos e metas de aprendizado, além de auxiliá-los no desenvolvimento de atividades de extensão, bem como no estágio supervisionado.
III. **Escuta e acolhimento**: por meio da escuta, busca-se compreender as demandas e inquietações dos alunos, promovendo um ambiente acolhedor, de segurança, com vistas a desenvolver melhores condições pedagógicas para o desenvolvimento intelectual e emocional dos estudantes, para assim, prevenir o abandono escolar.
IV. **Rodas de Conversa**: promover rodas de conversa sobre assuntos e temas relevantes ligados a preservação da saúde mental, promoção do bem-estar e formação integral dos nossos estudantes.

Outras ações serão definidas no decorrer do curso.

4.5. Prática de Ensino e Estágio Supervisionado

Conforme Resolução CNE 02/19, Art. 15, § 3º,

> A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa (Brasil, 2019, p. 9).

O componente curricular estágio supervisionado é entendido como

> o tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio curricular supervisionado supõe uma relação pedagógica entre alguém que é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário. [...] Ele não é uma atividade facultativa sendo uma das condições para a obtenção da respectiva licença. /.../. Ele é necessário como momento de preparação próxima em uma unidade de ensino (Brasil, 2001, p. 10).

Conforme o disposto no art. 21 da Resolução CNE 02/19, o Programa de Educação para Formação de Docentes (PEFD) reserva **400 horas para a prática pedagógica na área ou componente curricular**, distribuídas da seguinte forma: i) Atelier de Práticas Pedagógicas I e II (100 horas); ii) Prática de Ensino I e II (25 horas); e iii) Estágio Supervisionado (275 horas). É importante ressaltar que o Projeto Pedagógico do PEFD, assim como a legislação, estabelece um mínimo de 400 horas para a prática pedagógica na área ou componente curricular, sem impor um limite mínimo específico para o estágio supervisionado.

No contexto do CEFET-MG, a coordenação burocrática das atividades de estágio é de responsabilidade da Coordenação de Desenvolvimento de Carreiras (CDCAR), conforme os regulamentos e normas aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e pelos Conselhos Especializados dos níveis de ensino (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2021, online).

No PEFD, o estágio supervisionado é uma etapa obrigatória e deve ser realizado em escolas devidamente credenciadas no CEFET-MG. Para isso, os alunos devem procurar a CDCAR e seguir os procedimentos estabelecidos. Durante o estágio, os alunos receberão orientação do professor responsável pelas disciplinas de Atelier Pedagógico I e II, que também são responsáveis pela Prática de Ensino I e II. Além disso, contarão com a supervisão de um professor tutor na instituição onde realizarão o estágio.

Em cursos voltados para a formação de professores, diversas atividades são incorporadas ao estágio supervisionado, incluindo:

a) Observação de aulas: os estudantes observam as aulas ministradas pelo professor responsável pela turma em que realizarão o estágio, familiarizando-se assim com a dinâmica e o funcionamento da escola.
b) Participação em reuniões pedagógicas: esse é um momento essencial para que os estudantes compreendam melhor a organização e o planejamento

das atividades escolares.

c) Planejamento de aulas: os estudantes elaboram seus próprios planos de aula, baseando-se nos conteúdos a serem ensinados e nas orientações do professor orientador.
d) Condução de aulas: é um momento valioso para integrar teoria e prática, aplicando as estratégias de ensino aprendidas em sala de aula e adaptando-as à realidade da turma.
e) Correção de atividades: os estudantes são responsáveis pela correção das atividades dos alunos e pelo fornecimento de feedback para ajudá-los a melhorar seu desempenho.
f) Participação em atividades extracurriculares: os estudantes têm a oportunidade de participar de eventos extracurriculares, como feiras de ciências, projetos sociais e eventos culturais, enriquecendo assim sua experiência na escola.
g) Elaboração de relatórios: ao final do estágio, os estudantes devem elaborar relatórios abrangentes que detalham o percurso formativo dos alunos, descrevendo as atividades realizadas, as dificuldades encontradas e as lições aprendidas ao longo do estágio.

Nessa etapa, o aluno terá a oportunidade de vivenciar o verdadeiro exercício profissional na docência, visando consolidar e integrar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso por meio de atividades práticas e teóricas. O Estágio Supervisionado tem como propósito proporcionar ao aluno:

a) Inserção preferencialmente em instituições de educação básica da rede pública de ensino, reconhecidas como espaços fundamentais para a prática docente.
b) Reflexão sobre a estrutura organizacional e arquitetônica da escola, gestão educacional, dinâmica do processo ensino-aprendizagem, ambiente escolar, relações socioculturais e diversidades, assim como as implicações pedagógico-administrativas.
c) Articulação dos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos em sala de aula com os diferentes níveis e modalidades da educação básica, na área de conhecimento em que desejam se especializar.
d) Investigação dos elementos fundamentais que compõem o cenário educacional e influenciam o processo de ensino-aprendizagem, visando propor intervenções para aprimorar o ensino e as práticas pedagógicas, sob supervisão conjunta da instituição formadora e da escola onde ocorre o estágio.
e) Observação, acompanhamento e execução de atividades típicas da prática docente em sala de aula e em todos os ambientes escolares.

No PEFD, o Estágio Supervisionado foi estruturado em duas etapas: uma com duração de 135 horas e outra de 140 horas, realizadas nos 1º e 2º períodos do curso, respectivamente.

4.6. Atividades Complementares

O PEFD prevê o aproveitamento de experiências extracurriculares como Atividades Complementares, com o objetivo de enriquecer a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes. A Resolução CNE/CP nº 2/2019, afirma no art. 11, parágrafo único que *as licenciaturas poderão aproveitar experiências anteriores, desde que desenvolvidas em instituições de ensino*.

As Atividades Complementares no PEFD não são obrigatórias, porém, podem ser realizadas pelo estudante durante o primeiro e segundo períodos do curso. Essas atividades podem corresponder a até **10% (27,5 horas)** da carga horária total de estágio supervisionado, que é de **275 horas**, desde que devidamente comprovadas e aprovadas pelo professor orientador de estágio, responsável pelas disciplinas de Atelier de Prática Pedagógica e a atividade de Prática de Ensino.

Cabe ao professor orientador analisar e aprovar a carga horária das atividades extracurriculares para sua integração na carga horária total do estágio. Após essa análise, o professor encaminha a relação dos alunos e suas respectivas cargas horárias aprovadas à coordenação do curso, que, por sua vez, as envia ao setor de carreiras para inclusão no histórico do aluno. Esse processo segue o mesmo trâmite adotado nos Planos de Curso anteriores e toda a documentação é tramitada pelo sistema institucional SIPAC.

As atividades complementares são horas adicionais à formação e podem ser cumpridas por meio da participação em diversas atividades práticas de educação, como monitorias em cursos técnicos, aulas em espaços não-formais de educação, participação em eventos educacionais, projetos de pesquisa, ensino ou extensão, realização de pesquisas acadêmicas sob orientação do professor orientador do estágio, visitas a museus com finalidades pedagógicas, entre outras.

4.7. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

No caso do PEFD, o trabalho de conclusão de curso (TCC) é realizado na forma de um relatório de estágio supervisionado, pois a especificidade desse programa, que é destinado à complementação pedagógica de graduados não licenciados, num período de um ano, inviabiliza a realização de uma outra forma de TCC.

No entanto, buscando alinhar-se às normas para elaboração de cursos de graduação do CEFET-MG, embora o PEFD não se enquadre nesse perfil, sendo um programa de formação pedagógica para graduados não licenciados desenvolvido em nível de graduação, as atividades de Prática de Ensino I e II seguem uma formatação semelhante à de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Nesse contexto, essas atividades, **com duração de 12,5 horas cada**, são referidas como TCC I e TCC II e estão sob a responsabilidade do orientador de estágio, que também é responsável pelas disciplinas de Atelier de Prática Pedagógica e a atividade de Prática de Ensino.

A finalidade dessa atividade é a elaboração do produto/relatório de estágio supervisionado que tem por finalidade documentar e relatar as experiências vivenciadas pelo estudante durante o período de estágio em uma instituição educacional. Esse relatório tem como objetivo principal permitir que o estudante reflita sobre práticas pedagógicas, identifique os desafios enfrentados, avalie seu desempenho e adquira

aprendizados relevantes para sua formação como futuro profissional da educação. Além disso, o relatório serve como um instrumento de comunicação entre o estudante, o orientador de estágio e a instituição de ensino, contribuindo para a avaliação do estágio e para o aprimoramento contínuo do processo formativo. Para tanto, conta com orientações específicas que são consolidades no Manual de Estágio Supervisionado e Prática de Ensino.

4.8. Estrutura curricular e seus componentes

A estrutura curricular do PEFD segue as orientações da Resolução CNE/CP nº 02/2019, e, portanto, sua carga horária é de **775 horas**, sendo distribuídas, no Grupo I, **375 horas** previstas para o desenvolvimento das competências profissionais integradas às três dimensões constantes da BNC-Formação, e, no Grupo II, **400 horas** para a prática pedagógica na área ou no componente curricular.

4.9. Distribuição da carga horária conforme Resolução CNE/CP nº 02/2019

Período	Disciplinas	Créditos	Hora/ Aula	Hora
1	Didática	2	30	25
1	Educação e Cidadania: direitos humanos e meio ambiente	2	30	25
1	Filosofia da Educação	2	30	25
1	História da Educação	2	30	25
1	Inclusão e necessidades educacionais específicas	2	30	25
1	Libras I	2	30	25
1	Sociologia da Educação	2	30	25
1	Ética e Educação	2	30	25
1	Atelier de Práticas Pedagógicas I – Metodologias de Ensino	4	60	50
1	Prática de Ensino I – (TCC I) *	1	15	12,5
1	Estágio Supervisionado	-	162	135
2	Aprendizagem e Neurociência Aplicada a Educação	2	30	25
2	Avaliação da aprendizagem	2	30	25
2	Bases Conceituais em Educação Profissional e Tecnológica	2	30	25
2	Educação, Jovens, Adultos e o Mundo do Trabalho	2	30	25
2	Libras II	2	30	25
2	Organização político-pedagógica da Educação	2	30	25
2	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual	2	30	25

2	Atelier de Práticas Pedagógicas II - Produção de Recursos Didáticos	4	60	50
2	Prática de Ensino II – (TCC II) *	1	15	12,5
2	Estágio Supervisionado	-	168	140
	TOTAL	**40**	**930**	**775**

* TCC I e TCC II, por se tratar de atividades de orientação para a elaboração dos relatórios de estágio, ocorrerão extra horário de aula.

O Quadro 4.10 referente ao *Eixo de Conteúdos dos Estudos Básicos* destina-se a proporcionar aos estudantes conhecimentos fundamentais nos campos científico, educacional e pedagógico, essenciais para embasar a prática educativa. Esse eixo abrange uma variedade de temas que são integrados às três dimensões constantes na Base Nacional Comum (BNC) de Formação, que são:

i. conhecimento profissional: domínio dos conhecimentos específicos da área de formação, incluindo os conceitos, teorias, métodos e abordagens relevantes para a prática profissional do educador;
ii. prática profissional: envolve a aplicação dos conhecimentos adquiridos na prática educativa, incluindo habilidades de planejamento, implementação de estratégias de ensino, avaliação do aprendizado dos alunos, gestão de sala de aula e adaptação às necessidades individuais dos estudantes; e
iii. engajamento profissional: comprometimento ético e profissional do educador com sua profissão, incluindo o desenvolvimento de uma postura reflexiva, colaborativa e comprometida com a melhoria contínua da prática educativa, bem como o engajamento em iniciativas e atividades voltadas para o desenvolvimento profissional e a promoção da educação.

Dentro desse eixo, os conteúdos abordam tanto os aspectos teóricos quanto práticos da educação, incluindo conhecimentos científicos sobre desenvolvimento humano, aprendizagem, avaliação educacional, didática, sociologia da educação, entre outros. Além disso, são discutidas as políticas educacionais, os sistemas de ensino, as teorias pedagógicas e as práticas educativas inovadoras.

O Eixo de Conteúdos dos Estudos Básicos proporciona uma base sólida de conhecimentos e habilidades necessárias para que os futuros educadores possam atuar de forma competente, ética e comprometida com a promoção do aprendizado e desenvolvimento dos alunos.

4.10. Eixo de Conteúdos: Estudos Básicos

Grupo I - Estudos Básicos **Objetivo**: desenvolver as competências profissionais integradas às três dimensões constantes da BNC-Formação: conhecimento profissional; II - prática profissional; e III - engajamento profissional.	**Carga horária**

Conteúdos obrigatórios do Grupo I		h/a	hora
Ementa do eixo: conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos que fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais.		**450**	**375**
Desdobramento de disciplinas			
Número	**Nome da disciplina**	**h/a**	**hora**
01/01	Avaliação da aprendizagem	30	25
02/01	Bases Conceituais em Educação Profissional e Tecnológica	30	25
03/01	Didática	30	25
04/01	Educação e Cidadania: direitos humanos e meio ambiente	30	25
05/01	Educação, Jovens, Adultos e o Mundo do Trabalho	30	25
06/01	Ética e Educação	30	25
07/01	Filosofia da Educação	30	25
08/01	História da Educação	30	25
09/01	Inclusão e necessidades educacionais específicas	30	25
10/01	Libras I	30	25
11/01	Libras II	30	25
12/01	Neurociência aplicada nos processos de aprendizagem	30	25
13/01	Organização Político-pedagógica da Educação Básica	30	25
14/01	Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual	30	25
15/01	Sociologia da Educação	30	25
	TOTAL	**450**	**375**

Apresenta no Quadro 4. 11 o *Eixo de Conteúdos da Prática Pedagógica na área ou no componente curricular* que visa fornecer aos futuros educadores os conhecimentos específicos necessários para atuar em suas áreas de especialização ou nos componentes curriculares que irão ensinar.

Dentro desse eixo, os conteúdos foram cuidadosamente selecionados para abordar temas relevantes e específicos da área de atuação do futuro professor. Eles incluem tanto conhecimentos teóricos quanto práticos relacionados ao ensino do conteúdo específico da disciplina, bem como estratégias pedagógicas eficazes para transmitir esse conhecimento aos alunos.

Além disso, o Eixo de Conteúdos da Prática Pedagógica na área ou no componente curricular mantém uma interface diretamente relacionada as questões inerentes à didática da disciplina, abordagens pedagógicas inovadoras, recursos didáticos adequados e adaptação do ensino para atender às necessidades individuais dos alunos.

Desse modo, esse eixo visa preparar os futuros professores não apenas com conhecimentos sólidos sobre o conteúdo da disciplina que irão ensinar, mas também com habilidades pedagógicas específicas necessárias para serem educadores eficazes em suas áreas de atuação. Ele desempenha um papel estruturante na formação de professores capazes de promover o aprendizado significativo e o desenvolvimento dos alunos em suas áreas específicas de estudo.

4.11. Eixo de conteúdos: prática pedagógica na área ou no componente curricular

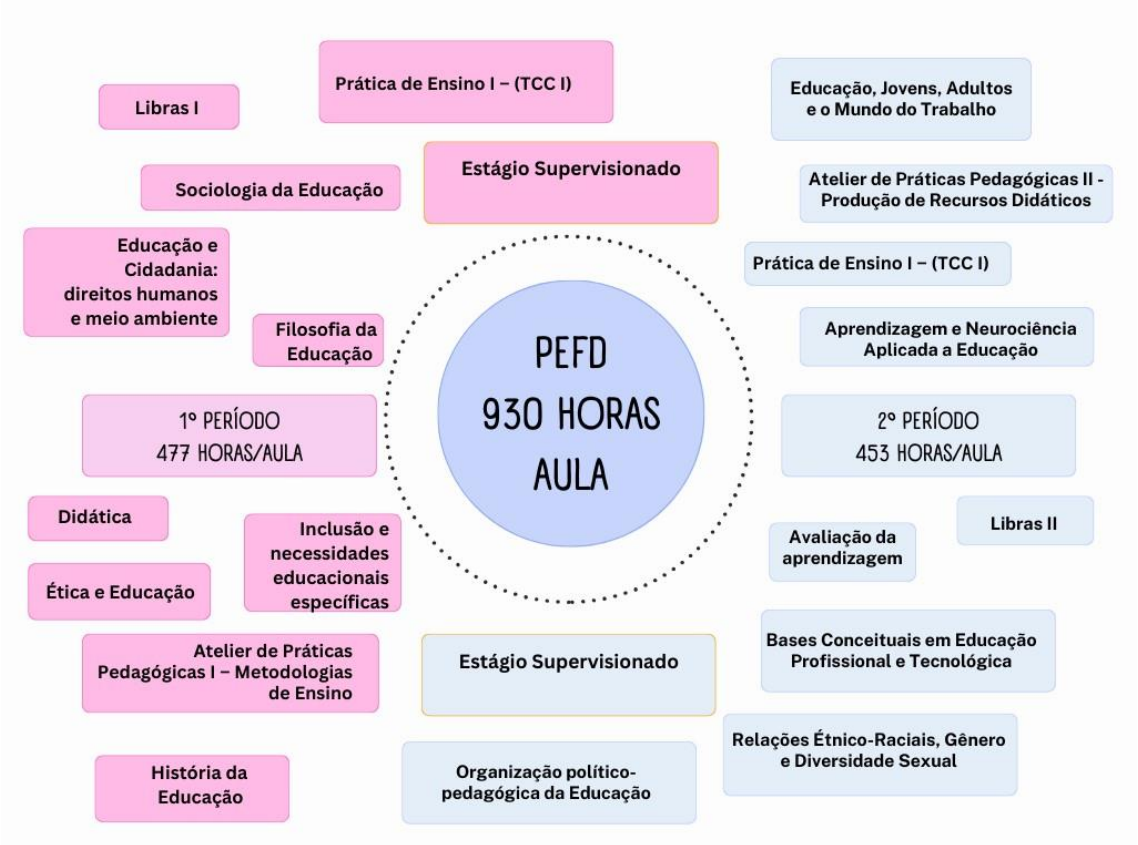
Grupo II – Prática Pedagógica na Área ou no Componente Curricular **Objetivo**: estimular o envolvimento do estudante em atividades pedagógicas que são importantes na constituição da identidade docente, bem como possibilitar a vivência da profissão na prática cotidiana de uma instituição de ensino.		**Carga Horária**	
Conteúdos obrigatórios do eixo		**h/a**	**hora**
Ementa do eixo: participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão; em eventos acadêmico-científicos; dentre outras atividades especificamente promovidas ou articuladas ao curso, experiências potencializadoras das habilidades científicas e da sensibilidade às questões sociais. Vivenciar a prática de ensino em instituições de ensino.		**480**	**400**
Desdobramento de disciplinas			
Número	**Nome da disciplina ou Atividade**	**h/a**	**hora**
01/02	Atelier de Práticas Pedagógicas I – Metodologias de Ensino	60	50
02/02	Atelier de Práticas Pedagógicas II - Produção de Recursos Didáticos	60	50
03/02	Prática de Ensino I (TCC I)	15	12,5
04/02	Prática de Ensino II (TCC II)	15	12,5
05/02	Estágio Supervisionado	330	275
	TOTAL	**480**	**400**

4.12. Apresentação das disciplinas

Esta seção destina-se à apresentação das disciplinas projetadas para preparar os futuros educadores com os conhecimentos, habilidades e competências necessárias para atuar com excelência no campo da educação. Elas abrangem uma variedade de áreas, desde os fundamentos teóricos da educação até as práticas pedagógicas inovadoras, contemplando também aspectos relacionados à gestão escolar, avaliação educacional e desenvolvimento curricular.

Cada disciplina foi estruturada de forma a promover uma aprendizagem significativa e integrada, permitindo aos alunos explorarem teorias e conceitos fundamentais enquanto desenvolvem habilidades práticas essenciais para sua futura atuação como professores. Por meio dessas disciplinas, os participantes do PEFD têm a oportunidade de se envolver em uma formação abrangente que os capacitará a enfrentar os desafios complexos do ambiente educacional contemporâneo e promover o sucesso acadêmico e o desenvolvimento integral de seus futuros alunos.

Figura 3 – Componentes curriculares do PEFD



Fonte: Elaborado pela comissão PPC, 2023.

A estrutura curricular do Programa Especial de Formação de Docentes (PEFD), conforme desenhada na Figura 3, é respaldada por evidências que destacam sua relevância. Dentre elas, cita-se que:

I. durante os quase 30 anos de existência, o programa acumulou experiências significativas que impulsionaram melhorias contínuas. Essas melhorias visam assegurar a conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), bem como a adequação da carga horária, o desenvolvimento de metodologias acessíveis e o atendimento aos requisitos das disciplinas;
II. o desenho curricular permite flexibilidade na carga horária do estágio supervisionado, possibilitando que até 10% dela possa ser preenchida com atividades complementares ou por ações de extensão, validadas pelo professor orientador de estágio e ratificadas pelo Colegiado de Curso;
III. a disciplina "Atelier de Práticas Pedagógicas", tem a especificidade de interação entre teoria e prática pedagógica, preparando os alunos para adotar metodologias criativas e elaborar materiais didáticos inovadores com o suporte do Laboratório Maker;
IV. a organização das disciplinas em dois eixos distintos, o Eixo Básico e o Eixo de Conteúdos, conforme a Resolução CNE nº 2/2019, evidencia a flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica, compatibilidade da carga horária total e oferta de disciplinas como "Introdução à Língua Brasileira de Sinais - Libras".

Diante disso, infere-se que a estrutura curricular do PEFD demonstra atender em completa amplitude a flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade metodológica, articulação entre teoria e prática, oferta de Libras e elementos inovadores, garantindo sua relevância e eficácia no preparo de futuros educadores.

4.12.1 Disciplina - Avaliação da Aprendizagem

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 2º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Concepções e fundamentos teóricos da avaliação da aprendizagem. Avaliação do processo de ensino e de aprendizagem numa perspectiva emancipatória.</td></tr>
</table>

4.12.2 Disciplina: Atelier de Práticas Pedagógicas I: Metodologias de Ensino

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado</td><td>Período: 1º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Específica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>30</td><td>60</td><td>50</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS</td></tr>
<tr><td colspan="4">Não há</td><td colspan="2">Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Reflexão crítica sobre a prática pedagógica. Trabalho em equipe e colaboração. Metodologias e estratégias pedagógicas. Abordagens comunicativas em sala de aula. Planejamento de aulas e atividades. Metodologias ativas de ensino.</td></tr>
</table>

4.12.3 Disciplina - Atelier de Práticas Pedagógicas II: Produção de recursos didáticos

EIXO: Prática Pedagógica e Estágio Supervisionado	**Período:** 2º	**Característica** Criada para o curso

<table>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Específica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>30</td><td>60</td><td>50</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS</td></tr>
<tr><td colspan="4">Não há</td><td colspan="2">Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Recursos pedagógicos: tecnologias e materiais didáticos para a educação básica. Introdução aos conceitos de recursos didáticos e estratégias didáticas. Planejamento e criação de recursos didáticos. Desenvolvimento de atividades que contemplem o uso de diferentes recursos didáticos. Tecnologias de prototipagem digital para a produção de recursos didáticos. Funcionamento das impressoras 3D e equipamentos corte e gravação a laser. Recursos didáticos inclusivos: produção e adaptação de materiais para estudantes com deficiência visual. Grafia braille. Criação de recursos didáticos inclusivos que contemplem diferentes deficiências.</td></tr>
</table>

4.12.4 Disciplina – Bases Conceituais em Educação Profissional e Tecnológica

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 2º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área De Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - A relação entre o ambiente acadêmico/escolar e o setor produtivo: os desafios de superação do capitalismo dependente brasileiro. O ensino médio integrado como travessia para a politecnia ou educação tecnológica. A Educação de Jovens e Adultos e sua articulação com a Educação Profissional e Tecnológica.</td></tr>
</table>

4.12.5 Disciplina - Didática

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 1º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área De Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Hora aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>-----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Trabalho docente e processo didático. Contextualização da sala da aula. Relação professor, aluno e conhecimento na sala de aula. Objetivos educacionais. Métodos e técnicas para dinamização da sala de aula.</td></tr>
</table>

4.12.6 Disciplina - Educação e Cidadania: Direitos Humanos e Meio Ambiente

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 1º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área De Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Hora aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>-----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Direitos Humanos: conceito e definições. Sustentabilidade socioambiental. Educação em Direitos Humanos.</td></tr>
</table>

4.12.7 Disciplina – Educação, Jovens, Adultos e o Mundo do Trabalho

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 2º</td><td>Característica: Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="4">Horas-aula</td><td rowspan="3">Obrigatória</td><td rowspan="3">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td><td>Horas</td></tr>
<tr><td>30</td><td>---</td><td>30</td><td>25</td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Estudo das juventudes. Educação de adultos e Inclusão Social. Educação e Trabalho na perspectiva de empoderamento e emancipação. O trabalho como princípio educativo.</td></tr>
</table>

4.12. 8 Disciplina – Ética e Educação

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 1º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="3">Obrigatória</td><td rowspan="3">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Ética: objeto da Ética; a essência da moral; Responsabilidade moral, determinismo e liberdade. Legitimação dos valores e regras morais. Desenvolvimento moral e socialização. Ética e prática educativa.</td></tr>
</table>

4.12.9 Disciplina - Filosofia da Educação

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 1º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área De Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Hora-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>-----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Filosofia, cultura e sociedade. Filosofia e Filosofia da Educação. Dimensões antropológicas, políticas, estéticas e axiológicas da Educação. Epistemologia e Teoria do Conhecimento. Ética e Educação.</td></tr>
</table>

4.12.10 Disciplina - História da Educação

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 1º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área De Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - A educação no Ocidente. A educação no Brasil no período imperial. O projeto educacional brasileiro e sua consolidação na república. O projeto de modernização educacional. A Escola Nova no Brasil e o movimento dos Pioneiros da Educação. A educação profissional no Brasil. Educação pública e educação privada na Ditadura Militar. As lutas pela democratização da educação no Brasil. O Sistema de Educação e as reformas do ensino.</td></tr>
</table>

4.12.11 Disciplina - Inclusão e Necessidades Educacionais Específicas

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 1º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Deficiências: conceitos, concepções e características de cada uma. Discriminação e preconceito. Legislação e mercado de trabalho. A educação de pessoas com deficiência. Políticas de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.</td></tr>
</table>

4.12.12 Disciplina - Libras I

<table>
<tr><td colspan="5">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 1º</td><td>Característica - Equalizada</td></tr>
<tr><td colspan="5">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área De Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="4">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td><td></td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="5">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="7">EMENTA - Apresentação e discussão acerca dos aspectos identitários, sociais e culturais da comunidade surda, bem como dos aspectos linguísticos das línguas de sinais, em específico a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.</td></tr>
</table>

4.12.13 Disciplina – Libras II

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 2º</td><td>Característica: Equalizada</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="4">Horas-aula</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td><td>Horas</td></tr>
<tr><td>-</td><td>30</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Libras I</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Ensino da Libras; teoria linguística e prática conversacional em Libras.</td></tr>
</table>

4.12.14 Disciplina - Neurociência aplicada nos processos de aprendizagem

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: ESTUDOS BÁSICOS</td><td>Período: 2º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Princípios básicos do funcionamento do sistema nervoso e as bases neurológicas da aprendizagem. Funções cognitivas e aprendizagem. Abordagens pedagógicas e a suas interfaces com a neurociência. Aplicação dos princípios e dos critérios da neurociência que favorecem a aprendizagem.</td></tr>
</table>

4.12.15 Disciplina - Organização Político-pedagógica da Educação Básica

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 2º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Estrutura e funcionamento da educação básica no Brasil. Políticas educacionais: histórico e perspectivas atuais. Gestão escolar e a organização político-pedagógica da escola.</td></tr>
</table>

4.12.16 Disciplina - Relações Étnico-Raciais, Gênero e Diversidade Sexual

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 2º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Estudo das desigualdades étnico-raciais. Conceito de Educação das Relações Étnico-Raciais. Cultura afro-brasileira e cultura indígena. História e memória dos povos afro-brasileiros e indígenas. Historicidade das relações raciais no Brasil. Saberes nativos e africanidades. Políticas de ações afirmativas. Estudo das relações sociais de sexo/gênero na educação e no trabalho. Identidades e orientações sexuais. Corporeidade e alteridade.</td></tr>
</table>

4.12.17 Disciplina - Sociologia da Educação

<table>
<tr><td colspan="4">EIXO: Estudos Básicos</td><td>Período: 1º</td><td>Característica
Criada para o curso</td></tr>
<tr><td colspan="4">Carga Horária</td><td>Natureza</td><td>Área de Formação DCN</td></tr>
<tr><td colspan="3">Horas-aula</td><td rowspan="2">Horas</td><td rowspan="2">Obrigatória</td><td rowspan="2">Básica</td></tr>
<tr><td>Teoria</td><td>Prática</td><td>Total</td></tr>
<tr><td>30</td><td>----</td><td>30</td><td>25</td><td colspan="2"></td></tr>
<tr><td colspan="4">PRÉ-REQUISITOS: Não há</td><td colspan="2">CO-REQUISITOS: Não há</td></tr>
<tr><td colspan="6">EMENTA - Sociologia e Sociologia da Educação: teorias sociais clássicas. Escola e relações sociais. Abordagens sociológicas das relações entre estado, trabalho e educação. Desigualdades sociais e desigualdades escolares. Escola, sujeitos e contextos socioculturais.</td></tr>
</table>

4.13. Avaliação do Processo Ensino-aprendizagem

O PEFD prevê uma avaliação da aprendizagem contínua e cumulativa, assumindo de forma integrada no processo ensino- aprendizagem as funções diagnóstica, processual, formativa e somativa. O sistema de avaliação adotado por cada professor deverá estar em conformidade com as Normas Acadêmicas vigentes.

As avaliações devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos/as alunos/as e funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando-se em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Nessa perspectiva, a avaliação dá significado ao trabalho do/a aluno/a e dos docentes do curso e possibilita uma ação transformadora e de promoção social na relação professor- estudante, em que todos devem ter o direito a aprender e de refletir sobre a sua concepção de sociedade, de educação, de ser humano e de cultura. Nesse sentido, a avaliação será desenvolvida numa perspectiva processual e contínua, buscando a construção e a reconstrução do conhecimento e o desenvolvimento de hábitos e atitudes coerentes com a formação de professores/as críticos/as e cidadãos.

Deste modo, é de suma importância que o/a professora/a do curso utilize instrumentos e técnica diversificados para avaliação da aprendizagem dos/as alunos/as, de forma que o/a possibilite observar melhor o seu desempenho nas atividades desenvolvidas e tomar decisões para reorientá-lo/a no processo diante das dificuldades de aprendizagem apresentadas, exercendo o seu papel de orientador/a que reflete na ação e age de maneira corretiva.

Assim, a avaliação tem como função priorizar a qualidade e o processo de aprendizagem, isto é, o desempenho do/a aluno/a ao longo de todo o período letivo. As atividades avaliativas devem ser divididas ao longo do período letivo da disciplina, considerando-se um total de 100 pontos distribuídos por disciplina individualmente, não se restringindo apenas a uma prova ou trabalho. Deve-se considerar os aspectos de assiduidade, o aproveitamento e a qualidade dos trabalhos propostos, os exercícios de aplicação e às atividades práticas, por meio de acompanhamento contínuo e dos resultados obtidos nas atividades avaliativas.

A proposta de atividades avaliativas das disciplinas contemplam objetivamente:

- → Adoção de procedimento de avaliação contínua, processual e cumulativa;
- → Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- → Inclusão de atividades contextualizadas;
- → Manutenção de diálogo permanente entre professor/a e estudante;
- → Consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;
- → Disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;
- → Adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- → Discussão na sala de aula dos resultados obtidos pelos/as alunos/as nas atividades desenvolvidas;
- → Valorização do erro como oportunidade de aprendizagem e, não, de punição;
- → Observação das características dos/as alunos/as, seus conhecimentos prévios e sua integração aos saberes sistematizados do curso, com vistas

à reconstrução e ressignificação do saber docente.

Dessa forma, a avaliação deverá permitir ao docente identificar os elementos indispensáveis a análise dos diferentes aspectos do desenvolvimento do/a aluno/a, do seu planejamento e do trabalho pedagógico realizado. É, pois, uma concepção que implica numa avaliação que deverá acontecer de forma contínua e sistemática mediante interpretações qualitativas dos conhecimentos construídos e reconstruídos pelos/as alunos/as no desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, habilidades e atitudes.

4.14. Políticas institucionais no PEFD

Por ser um Programa Especial de formação pedagógica para graduados não licenciados, cuja permanência do aluno no CEFET-MG é de um ano, as políticas institucionais no âmbito do curso são mais restritas. Assim, destacamos que tais políticas se concentram em ações que visam a uma integração mais orgânica do discente com a profissão professor, como o estágio supervisionado e as vivências em diferentes contextos como museus, parques, praças e outros espaços educativos.

4.15. Políticas de ensino, pesquisa e extensão implantadas no PEFD

De acordo com a Resolução CEPE Nº 3 / 2022 as ações de extensão devem estabelecer uma conexão direta com as comunidades externas, territórios ou grupos sociais (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2022). Essas ações também devem estar alinhadas com a formação dos estudantes, conforme determinado nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Graduação, levando em consideração os objetivos do curso e o perfil do egresso.

No contexto do PEFD, as ações de extensão se dividem em quatro modalidades: Programa de extensão, Projeto de extensão, Curso de extensão e Evento de extensão. Cada uma dessas modalidades tem o propósito de promover a interação entre a academia e a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural e educacional, ao mesmo tempo em que proporciona aos estudantes oportunidades de aprendizado e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos durante o curso.

Entretanto, é importante ressaltar que as atividades de extensão realizadas pelos alunos em seus cursos de graduação de origem não serão consideradas para o cumprimento da carga horária exigida no PEFD. Isso se deve ao fato de que esses cursos possuem uma carga horária específica bem definida, e a Resolução CNE/CP nº 02/2019 não prevê o aproveitamento dessas experiências de extensão. No entanto, é importante ressaltar que, embora não sejam contabilizadas em termos de carga horária no histórico escolar do aluno, a vivência extensionista pode ser de grande relevância para sua formação no PEFD, e pode ser integrada às atividades do curso para enriquecer sua experiência educacional.

É importante ressaltar que, da mesma forma que nas atividades complementares, as ações de extensão no PEFD não são obrigatórias, mas podem ser realizadas pelos estudantes ao longo do primeiro e segundo períodos do curso. Essas atividades podem corresponder a até 10% (27,5 horas) da carga horária total de estágio supervisionado,

que é de 275 horas, desde que devidamente comprovadas e aprovadas pelo professor orientador de estágio, responsável pelas disciplinas de Atelier de Prática Pedagógica e a atividade Prática de Ensino. No entanto, é importante destacar que uma mesma atividade não pode ser contabilizada tanto como atividade complementar quanto como ação de extensão. Ao solicitar o aproveitamento, o aluno deve optar por uma delas, considerando as particularidades que definem as ações de extensão.

O PEFD tem a especificidade de ter 90% de seus professores atuando no mestrado em Educação Tecnológica ou Doutorado em Educação (PPGET), portanto, considera-se esse aspecto muito positivo, pois facilita a integração do tripé ensino, pesquisa e extensão, com projetos que envolvam alunos dos dois níveis. Essa relação estreita dos alunos do PEFD com os alunos da pós-graduação tem inclusive, motivados os professorandos a participarem do processo seletivo para o mestrado.

4.16. Políticas de apoio discente

No âmbito do CEFET-MG, o suporte aos alunos é uma prioridade central, refletida por meio das iniciativas da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), composta por três coordenações distintas: a Coordenação do Programa de Assistência Estudantil (CPAE), a Coordenação do Programa de Inclusão e Diversidades (CPID) e a Coordenação do Programa de Acompanhamento Pedagógico (CPAP).

No PEFD, esse apoio se manifesta de diversas maneiras:

I. A cada início de semestre, os novos alunos são recebidos com um acolhimento especial cuidadosamente planejado pela coordenação do curso.
II. As Coordenações de Desenvolvimento Estudantil (CDE) não se limitam ao aspecto didático-pedagógico, oferecendo também suporte abrangente para o bem-estar psicossocial e emocional dos alunos, visando uma formação integral e atendendo às diversas necessidades dos estudantes.
III. As entidades estudantis, como o Diretório Acadêmico e a Atlética, promovem representatividade, integração e uma ampla variedade de atividades, desde discussões acadêmicas até o estímulo ao esporte e ao bem-estar físico. Essas iniciativas enriquecem a experiência dos alunos e contribuem para um ambiente acadêmico diversificado e inclusivo.
IV. Além do suporte didático-pedagógico institucional, o corpo docente do curso oferece projetos que abrangem áreas de pesquisa, ensino e extensão, enriquecendo a experiência acadêmica dos alunos e proporcionando oportunidades para aprofundamento, aplicação prática e interação com a comunidade.
V. A instituição disponibiliza a Bolsa de Complementação Estudantil (BCE) para apoiar financeiramente estudantes do ensino médio/técnico e graduação, contribuindo não apenas financeiramente, mas também para o desenvolvimento acadêmico em áreas relacionadas ao curso do beneficiado. Esse programa reflete o compromisso da instituição em promover um ambiente educacional equitativo e apoiar o desenvolvimento holístico do aluno.

VI. Por meio da Portaria DIR n.º 530/2022, o CEFET-MG estabeleceu o Núcleo de Apoio à Acessibilidade e Inclusão (NAAPI), responsável por ações como acolhimento personalizado, estratégias de acessibilidade metodológica e instrumental, e apoio psicopedagógico, garantindo que o ingresso e a jornada acadêmica dos estudantes ocorram sem obstáculos.
VII. Acesso ao restaurante com preço diferenciado para os alunos do CEFET-MG.
VIII. Acompanhamento na burocracia do estágio.

4.17. Turno de implantação do curso

O curso continuará sendo ofertado no noturno, dada a sua característica de se destinar a profissionais graduados, que pressupomos estarem em situações de trabalho no diurno.

A Lei nº 13.168, de 6 de outubro de 2015, estabelece que as instituições de ensino superior devem informar aos interessados, antes de cada período letivo, os programas dos cursos e demais componentes curriculares, entre outros detalhes. Essas informações devem ser divulgadas de maneira transparente e acessível, tanto por meio de páginas específicas na internet quanto em propaganda eletrônica e em locais visíveis da instituição. O Programa Especial de Formação Docente (PEFD) atende a essa demanda por meio do sítio eletrônico https://www.formacaodocentes.bh.cefetmg.br/ bem como pela disposição nos quadros de avisos do prédio 7, Campus NG, do CEFET-MG.

4.18. Forma de ingresso, número de vagas e periodicidade da oferta

O ingresso dos alunos no PEFD será por meio de processo seletivo, sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) do CEFET-MG. A entrada será semestral com 44 vagas disponibilizadas para cada semestre, totalizando 88 vagas anuais.

A coordenação do programa deverá constituir comissão para elaboração das provas e análises de documentos dos vestibulandos, considerando que a carga horária em disciplinas afins em que se pretende habilitar para a docência, deverá somar, no mínimo, 360 horas cursadas em disciplinas relacionadas à habilitação pretendida, comprovadas no histórico escolar da graduação de origem dos candidatos.

De acordo com as informações disponibilizadas pelo Edital 770/2023 do processo seletivo para o Programa Especial de Formação de Docentes, em conformidade com a Lei 12.711, de 12 de agosto de 2012, as 44 vagas oferecidas para o Programa Especial de Formação de Docentes (Processo Seletivo 2024.1) serão distribuídas da seguinte forma: metade delas serão destinadas à Ampla Concorrência (AC), enquanto a outra metade será destinada às modalidades do Sistema de Reserva de Vagas (SRV), seguindo a ordem de classificação dos candidatos (Coordenação dos Processos Seletivos, 2023)[2] (Coordenação dos Processos Seletivos, 2023).

[2] Para maiores informações acesse https://copeve.cefetmg.br/processos/20241_PFD/arquivos/editais/edital-770-2023-programa-especial-de-formacao-de-docentes.

5. Monitoramento do Projeto Pedagógico do Curso

O acompanhamento e a avaliação do Projeto Pedagógico de Curso serão realizados de forma processual, promovida e concretizada no decorrer das decisões e ações curriculares. É caracterizada pelo acompanhamento continuado e permanente do processo curricular, identificando aspectos significativos, impulsionadores e restritivos que merecem aperfeiçoamento, no processo educativo do Curso.

O processo de avaliação do Curso é sistematicamente desenvolvido pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE), em articulação com o Colegiado de Curso, sob a coordenação geral do Coordenador de Curso, conforme demanda avaliativa emergente. Para fins de subsidiar a prática autoavaliativa serão implementadas políticas de avaliação interna do PEFD, visando a coletar dados sobre a realidade curricular e pedagógica, por meio de avaliação docente, discente, reuniões de colegiado de curso, acompanhamento do percurso formativo dos alunos, da permanência e êxito deles. Soma-se a essa avaliação formativa e processual, a avaliação interna conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) do CEFET-MG.

A função do NDE, conforme explicitado no art. 2º da Resolução CGRAD Nº 20/13, é de caráter consultivo e de apoio ao Colegiado de Curso em todas as atividades relacionadas à implantação, desenvolvimento, consolidação e reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica. O monitoramento do Curso conta com as seguintes ações:

- → Ser objeto de normatização por parte do Colegiado de Curso e aprovado no Conselho Departamental do DEDU;
- → Ser focado na autoavaliação interna do curso (CPA e outras formas de avaliação) abrangendo: avaliação da estrutura, do currículo e das práticas pedagógicas, dos docentes e dos discentes, considerando um caráter de acompanhamento e correção de estratégias a todo esse sistema de avaliação;
- → Tratar do sistema de avaliação de alunos/as, estabelecendo critérios e normas;
- → Apontar possíveis mecanismos de recuperação/acompanhamento mais próximos das disciplinas, alunos/as e professores/as que tenham demonstrado dificuldades nos semestres anteriores;
- → Realizar bianualmente o "Encontro com Egressos(as)" do Curso para as perspectivas dos/as alunos/as quando em curso e depois de formados/as;
- → Investigar o perfil sociocultural dos ingressantes, bem como as suas expectativas em relação ao curso;
- → Participação da Mostra de Cursos de Graduação do CEFET-MG;
- → Solicitação e acompanhamento da aquisição do material didático para a adequação da biblioteca e dos laboratórios de ensino;
- → Acompanhamento pedagógico dos/as alunos/as em relação a possíveis evasões, reprovações em disciplinas, desistências, entre outras;
- → Preparação para processos avaliativos internos e externos.

Informa-se que o NDE do PEFD está ativo com mandato no período de 28/01/2021 a 27/01/2024, composto pelos docentes: Sabina Maura Silva (DEDU), Maria Adélia da Costa (DEDU); Alexandre da Silva Ferry (DEDU); Irlen Antônio Gonçalves (DEDU); Márcia Gorett Ribeiro Grossi (DEDU); e Raquel Quirino (DEDU); conforme Portaria nº 15/2021 – DIRGRAD.

Com efeito, relata-se que os procedimentos de coleta, divulgação e discussão de dados para o monitoramento do PPC serão realizados sob a presidência da coordenação do curso, que deverá prever uma avaliação interna a cada final do ciclo de formação do aluno. Isto é, ao final do 2º período, os alunos e professores serão convidados a responderem um formulário online com itens a serem avaliados por ele. Todos os professores deverão elaborar os Planos de Ensino conforme *template* da diretoria de graduação do CEFET-MG, os quais serão aprovados pelo Colegiado.

5.1. Autoavaliação institucional e avaliação externa do curso

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes) foi criado e implantado por meio da Lei n° 10.861/2004, considerando três componentes principais: **a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes**, sobretudo, analisando a relação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como outros aspectos referentes a responsabilidade social, desempenho dos alunos, a gestão, o corpo docente e a infraestrutura física disponibilizada para o funcionamento do curso.

A Avaliação Institucional, interna e externa, considera 10 dimensões: Missão e PDI; Política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão; Responsabilidade social da IES; Comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e de técnico-administrativo; Organização de gestão da IES; Infraestrutura física; Planejamento de avaliação; políticas de atendimento aos estudantes; e Sustentabilidade financeira[3].

A avaliação dos cursos, no entanto, é realizada levando em conta 3 dimensões: Organização didático-pedagógica; Perfil do corpo docente; e Instalações físicas. No caso da avaliação dos estudantes, ela é realizada por meio do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), aplicada periodicamente aos alunos de todos os cursos de graduação, ao final do primeiro e do último ano de curso.

Entretanto, o Enade não é aplicado aos alunos do PEFD, pela própria especificidade do curso, em se tratar de um programa de complementação pedagógica. Sendo assim, prevê-se neste PPC que o NDE e a coordenação do Curso conduzam o processo de monitoramento e avaliação do PPC, utilizando os parâmetros estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento, previstos nos instrumentos do Enade.

No entanto, destaca-se que a **avaliação externa**, realizada por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, planejada e elaborada sob a responsabilidade do INEP, ocorre no PEFD, tendo a última avaliação alcançado o conceito máximo pelo MEC. Com efeito, informa-se que a avaliação institucional do CEFET-MG, conduzida pela CPA, é aplicada ao PEFD.

A Avaliação Institucional, como componente do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), visa ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais, promovendo valores democráticos, respeitando a diversidade e afirmando a autonomia institucional. Essa avaliação ocorre por meio de duas modalidades: **a autoavaliação**, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição, e a **avaliação externa**, realizada por comissões designadas pelo Inep. O processo avaliativo abrange diversos aspectos, como missão institucional, políticas

[3] http://inep.gov.br/processo-de-avaliacao

educacionais, responsabilidade social, gestão, infraestrutura, planejamento, políticas de pessoal e sustentabilidade financeira. Os instrumentos de avaliação do Ministério da Educação (MEC) incluem o Instrumento de Avaliação e Reconhecimento, o Instrumento de Recredenciamento e o Instrumento de Autorização. Esses instrumentos garantem uma análise global e integrada da instituição, proporcionando uma visão abrangente de sua atuação e contribuindo para aprimorar sua qualidade e eficiência (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, 2023).

5.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), estabelecido pela Resolução MEC nº 01/2010 e adaptado aos cursos de graduação do CEFET-MG pela Resolução CGRAD nº 20/13, desempenha um papel consultivo e de apoio ao Colegiado em diversas atividades relacionadas à gestão acadêmica. Suas atribuições incluem a contribuição para a definição do perfil profissional do egresso, a proposição de integração curricular entre as diferentes atividades de ensino, o estímulo ao desenvolvimento de pesquisa e extensão alinhadas às demandas do mundo do trabalho e às políticas públicas, além de garantir a conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

No PEFD do CEFET-MG, o NDE desempenha um basilar desde sua implementação, promovendo ajustes no Projeto Pedagógico e ações para manter o curso atualizado e alinhado às demandas socioeducacionais. Por meio de estudos e pesquisas, consultas aos estudantes e docentes, e reuniões frequentes, o NDE busca constantemente aprimorar o PEFD, garantindo sua qualidade e relevância no contexto acadêmico e social.

5.3 Atuação do Coordenador do Curso

A nomeação dos coordenadores do curso segue as diretrizes estabelecidas pela Resolução CEPE 21/09 de 09/07/2009. Todos os coordenadores do curso são professores concursados, garantindo alta qualificação e comprometimento. O coordenador atua como líder e representante máximo do curso, sendo responsável pela gestão e atendimento das demandas do curso.

Uma das primeiras atividades do coordenador é elaborar o Plano de Ação, definindo metas e ações para o desenvolvimento do curso. Ele conta com o apoio do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE). Além disso, participa do Fórum de Coordenadores para debater desafios dos cursos de graduação.

A coordenação tem sua carga horária de aulas reduzida para maior dedicação, priorizando disciplinas no 1º período para contato inicial com os alunos. Todos os atos de coordenação são registrados por convocações e atas, visando a melhoria contínua do ambiente acadêmico e a qualidade do curso. De acordo com a Resolução CEPE nº21/2009, são funções do coordenador de curso:

I. Orientar e coordenar as atividades acadêmicas do Curso;
II. Tomar decisões *ad referendum* do Colegiado de Curso, em situações de emergência;

III. Apoiar, coordenar e supervisionar a realização das atividades administrativas e acadêmicas do Curso;
IV. Encaminhar aos órgãos competentes as propostas e solicitações que dependerem de aprovação dos mesmos;
V. Acompanhar e tomar as medidas necessárias para assegurar a elaboração e posterior encaminhamento às instâncias competentes, do relatório de atividades acadêmicas do Curso;
VI. Remeter à Diretoria de Graduação relatórios e informações sobre as atividades do Curso, de acordo com as instruções daquele órgão;
VII. Tornar públicas as deliberações e resoluções emanadas pelo Colegiado de Curso, os relatórios de acompanhamento e avaliação emitidos por órgãos externos e demais informações relativas ao Curso de Graduação;
VIII. Supervisionar as atividades relativas ao registro e controle acadêmico dos alunos do Curso de Graduação;
IX. Tomar as providências necessárias para a recomposição do Colegiado de Curso;
X. Propor à Diretoria da Unidade e/ou Diretoria de Graduação medidas necessárias ao bom desenvolvimento do Curso;
XI. Representar o Colegiado de Curso de Graduação perante órgãos internos e externos ao CEFET-MG;
XII. Exercer outras atribuições explicitamente delegadas pelo Colegiado de Curso de Graduação ou por outros órgãos e instâncias competentes.

6. Implantação do Projeto Pedagógico do Curso

6.1. Pessoal docente e técnico-administrativo

O Departamento de Educação (DEdu) do CEFET-MG é composto por dez professores efetivos, que desempenham múltiplas funções. Além de atenderem ao Programa Especial de Formação Docente (PEFD) e à disciplina de Metodologia Científica nos cursos de graduação dos campi I e II, esses docentes também contribuem com o Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica da instituição.

Eles também estão envolvidos em projetos de extensão e pesquisa, orientando alunos da pós-graduação e graduação, bem como participando de programas de fomento, como por exemplo o projeto aprovado no EDITAL DPPG 55/2020 PIBIC/PIBITI/PICV CEFET-MG, intitulado: *PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO DOCENTE: percepções de egressos na travessia para os saberes da prática*, de autoria da professora Maria Adelia da Costa PIBIC e editais internos da Diretoria de Extensão e Desenvolvimento Comunitário (DEDC).

O PEFD, liderado por professores doutores, destaca-se pela integração entre ensino, pesquisa e extensão, alinhada ao perfil do egresso. Entre 2020 e 2023, foram realizados projetos focados na formação de professores para a educação básica, financiados tanto interna (DEDC) quanto externamente pela FAPEMIG.

O CEFET-MG adota uma metodologia rigorosa de revisão e avaliação, liderada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), garantindo a qualidade educacional. Além disso, o PEFD está alinhado com as diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), refletindo o compromisso da instituição com a excelência acadêmica. Esses aspectos

combinados evidenciam o comprometimento do programa com a qualidade e a inovação no ensino, pesquisa e extensão.

Além dessas atividades, os docentes, em sua maioria, coordenam ou se inserem em grupos de pesquisa. A saber:

- → Desenvolvimento Profissional Docente: entre o saber e o fazer na EPT (DproDEPT);
- → Pesquisa em Teoria e Metodologia do Ensino Tecnológico (PETMET);
- → Formação e Qualificação Profissional (FORQUAP);
- → Analogias e Metáforas na Tecnologia, Educação e Ciência (AMTEC);
- → Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVACEFEF);
- → Núcleo de Estudos de Memória, História e Espaço (NEMHE);
- → Programa de Estudos em Engenharia, Sociedade e Tecnologia (PROGEST);
- → Núcleo de Pesquisa e Estudos Afrobrasileiros (NEAB).

Como o curso tem caráter totalmente pedagógico, o PEFD contará apenas com atuação de docentes do Departamento de Educação e do Departamento de Linguagens e Tecnologias, para as disciplinas Libras I e II.

Para cálculo da carga horária semanal, consideram-se duas turmas por ano, com 44 alunos cada, com carga horária semanal média efetivamente realizada pelos docentes iguais a 12 horas-aula. Para os docentes que exercem atividades administrativas, a carga horária semanal média considerada é de 8 horas-aula. O monitoramento do Projeto Pedagógico do Curso será realizado pelo Núcleo Estruturante Docente (NED), normatizado por meio da Resolução CGRAD Nº 20/13, de 31 de julho de 2013.

A função do NDE, conforme explicitado no art. 2º da Resolução CGRAD Nº 20/13, é de caráter consultivo e de apoio ao Colegiado de Curso em todas as atividades relacionadas à implantação, desenvolvimento, consolidação e reestruturação do Projeto Pedagógico de Curso e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica.

Importa registrar que a reestruturação do PEFD irá diminuir a participação de professores de outros departamentos do CEFET-MG, permanecendo apenas o DELTEC com a oferta da disciplina de Libras, nessa nova reconfiguração. Além disso, como houve uma redução de carga horária a necessidade de professores do Departamento de Educação (DEDU), para a oferta das respectivas disciplinas, não será alterada.

6.2. Infraestrutura

A reestruturação deste PPC prevê uma redução em 50% do espaço físico referente as salas de aula necessárias para a demanda dessa oferta. Considerando-se duas entradas anuais para habilitações em disciplinas acadêmicas ou eixos tecnológicos serão necessárias quatro salas de aula, para funcionamento pleno do curso. Além das salas de aula, serão utilizadas as dependências do Campus II, atualmente ocupadas pelo PEFD, para a Coordenação do Curso, Secretaria, Colegiado, sala dos professores.

6.3. Monitoramento da implantação da proposta

A reestruturação do curso não traz nenhum impacto aos alunos em curso posto que, quando os alunos da nova matriz curricular se matricularem, não haverá turmas em andamento.

Referências do Projeto

BERNSTEIN, B. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, código, controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2020**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica 2019**: resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília: Inep, 2020.

BRASIL. **Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais**. Relatório produzido pela Comissão Especial instituída para estudar medidas para superar o déficit docente no Ensino Médio (CNE/CEB), 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). BRASILIA: MEC, 2019a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file. Acesso em 15 fev. 2022.

BRASIL. **Base nacional comum curricular (BNCC)**: educação é a base. Brasília: MEC, 2019a. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acesso em 21 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978**. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm. Acesso em 15 fev. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 20 nov. 2022.

BRASIL. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em 14 ago. 2022.

BRASIL. **Plano Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 17 set. 2022.

BRASIL. **Parecer n.º: CNE/CP nº 28 de 02 de outubro de 2001**. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº: 15 de 02 de maio de 2005**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf. Acesso em 15 out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.168, de 6 de outubro de 2015**. Altera a redação do § 1º do art. 47 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13168.htm. Acesso em 15 out. 2022.

CALDEIRA, A. M. S. Avaliação e processo de ensino aprendizagem. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, v. 3, p.122, set./out. 2000.

CEFET-MG. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2005-2010** - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. Benedita A. Silva et Al (Org.). Belo Horizonte: 2006.

CEFET-MG. **Resolução CEPE-21/09, de 9 de julho de 2009**. Aprova o Regulamento dos Colegiados de Cursos de Graduação. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2009a. Disponível em: https://www.dcta.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/21/2018/08/Proposta-de-Regulamento-Geral-dos-Cursos-de-P%C3%B3s-Gradua%C3%A7%C3%A3o-Lato-Sensu.pdf. Acesso em 15 fev. 2022.

CEFET-MG. **Resolução CGRAD nº 27, de 12 de dezembro de 2009**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2009b. Disponível em: https://www.dirgrad.cefetmg.br/wp-content/uploads/sites/81/2017/08/Regulamento-Resolucao_CGRAD_27_09.pdf. Acesso em 15 fev. 2022.

CEFET-MG. Diretoria de graduação. **I Ciclo formação de equipes Coordenação de Curso de Graduação do CEFET-MG**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2016.

CEFET-MG. **Comissão permanente de avaliação** (CPA). Belo Horizonte: CEFET-MG, 2018. Disponível em: https://www.cpa.cefetmg.br/cpa/apresentacao/. Acesso em 15 fev. 2022.

CEFET-MG. **Instrução normativa nº 01/2021**, de 26 de outubro de 2021. Normatiza as diretrizes para elaboração dos projetos pedagógicos de cursos de graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2021.

CEFET-MG. **Resolução CGRAD - 15/22, de 08 de setembro de 2022**. Estabelece as diretrizes para realização das ações de acolhimento e de apoio didático-pedagógico aos discentes no âmbito da graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

CONAE. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o núcleo docente estruturante e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/55319/OneDrive/%C3%81rea%20de%20Trabalho/resolucao1_2010_conae.pdf. Acesso em 15 fev. 2022.

COSTA, maria Adélia da Costa. **Políticas de formação docente para a educação profissional**: realidade ou utopia? Editora Appris, 2016.

COSTA, maria Adélia da Costa. **Formação de professores para educação profissional.** Editora Brazil Publishing, 2020.

DIAS, Isabel Simões. Competências em educação: conceito e significado pedagógico. **Psicol. Esc. Educ**. 14 (1), Jun 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/XGgFPxFQ55xZQ3fXxctqSTN/?lang=pt. Acesso em 18 nov. 2022.

FILHO, A. T.; QUAGLIO, P. **O cenário urbano para o estudante do ensino superior noturno na cidade de São Paulo**: triste realidade ou palco de heróis? 2004. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/Dialnet-CenarioUrbanoParaOEstudanteDoEnsinoSuperiorNoturno-7863959.pdf. Acesso em 4 set. 2022.

FIORENTINI, D.; LORENZATO, S. **Investigação em Etnomatemática**: percursos teóricos e metodológicos. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

GATTI, B. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Rev. Educ. Soc.**, Campinas, 2010. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br. Acesso em: 01 ago. 2022.

GATTI, Bernardete Angelina. **Professores do Brasil**: novos cenários de formação. Bernardete Angelina Gatti, Elba Siqueira de Sá Barretto, Marli Eliza Dalmazo Afonso de André e Patrícia Cristina Albieri de Almeida. Brasília: UNESCO, 2019.

GATTI, Bernardete Angelina. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. Impactos da pandemia, **Estud. av**. 34 (100) • Sep-Dec 2020. https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxfh/abstract/?lang=pt. Acesso em 23 out. 2022.

GONÇALVES, M. I. P. C. .; NORONHA, I. de L. A. .; QUEIROZ, Z. F. . Programa Especial de Formação Pedagógica, uma reflexão histórica. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. esp.3, p. 1629–1646, 2021. DOI: 10.21723/riaee.v16iesp.3.15301. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/15301. Acesso em: 4 abr. 2022.

KULLOK, Maísa Gomes Brandão. **As Exigências da Formação do Professor na Atualidade**. Maceió: Edufal, 2000.

MENDES, Armando. O ensino superior noturno e a democratização do acesso à universidade. In: Debates e Propostas INEP, Brasília, 1986. Mesa Redonda. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 67, n. 157, p. 617-647, set./dez, 1986.

MENDES, Cinthia Paolla Rodrigues. **A afetividade na educação: uma abordagem neurocientífica na formação docente**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica (PPGET) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Belo Horizonte: CEFET-MG, 2019.

NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991.

RAMALHO, B.; NUÑEZ, I., y GAUTHIER, C. **Formar o professor, profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulinas, 2003.

SILVA, Monica Ribeiro da. Competências: a pedagogia do “novo ensino Médio”. **Tese de doutorado**. Programa de estudos pós-graduados em Educação: História, Política e Sociedade, PUC/SP. SÃO PAULO, 2003. Disponível em: https://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/2014/02/monica-r-silva-tese-competc3aancias-a-pedagogia-do-novo-ensino-mc3a9dio.pdf. Acesso em 18 nov. 2022.

SOARES, Marlene Aparecida. SCHEIDE, Tereza de Jesus Ferreira. Professor de matemática: um educador a serviço da construção da cidadania. **Anais do VIII ENEM**. Universidade Federal de Pernambuco: UFP, 2004. Disponível em: http://www.sbem.com.br/files/viii/pdf/07/CC07289049853.pdf. Acesso em 18 nov. 2022.

UNESP. **Projeto pedagógico**: Curso de Licenciatura em Matemática. Faculdade de Ciências e Tecnologia, FCT, Unesp. São Paulo: Campus de Presidente Prudente, 2015. Disponível em: https://www.fct.unesp.br/Home/Graduacao/Matematica/ppp_matematica_2015.pdf. Acesso em 18 nov. 2022.

Apêndice A - Referências Bibliográficas das Disciplinas

DISCIPLINA: Atelier de Práticas Pedagógicas I – Metodologias de Ensino

Bibliografia Básica

1. TEDESCO, Anderson Luiz; LACERDA Tiago Eurico de. Orgs. **Educação digital e práticas pedagógicas**: volume I. Curitiba: Bagai, 2020. Disponível em: https://editorabagai.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Editora-BAGAI-Educa%C3%A7%C3%A3o-Digital-e-Pr%C3%A1ticas-Pedag%C3%B3gicas-Volume-I-E-book.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.
2. MORTIMER, E. F.; SCOTT P. Atividade discursiva nas salas de aula de Ciências: uma ferramenta sociocultural para analisar e planejar o ensino. **Investigações em Ensino de Ciências**, v.7, n.33, p. 283-306, 2002. Disponível em: https://ienci.if.ufrgs.br/index.php/ienci/article/view/562. Acesso em: 03 ago. 2022.
3. ANASTASIOU, L. G. C. e ALVES, L. P. (Orgs.). **Processos de ensinagem na Universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 5ª ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.

Bibliografia Complementar

1. MOREIRA, M. A. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa**. Instituto de Física. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 2012. Disponível em: https://www.if.ufrgs.br/~moreira/mapasport.pdf. Acesso em: 03 ago. 2022.
2. COSCARELLI, C. V. (Org.). **Novas tecnologias, novos textos, novas formas de pensar**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
3. KENSKI, V. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. São Paulo: Papirus, 2003.
4. MEIRIEU, P. **Aprender... sim, mas como**? 7.ª Edição. Porto Alegre, RS: Editora Artmed, 1998.
5. NICOLACI-DA-COSTA, A. M. (ORG.). **Cabeças digitais**: o cotidiano na era da informação. Rio de janeiro: Ed. PUC- Rio; São Paulo: Loyola, 2006.

DISCIPLINA: Atelier de Práticas Pedagógicas II – Produção de Recursos Didáticos

Bibliografia Básica

1. MACEDO, C. M. S. Diretrizes para criação de objetos de aprendizagem acessíveis. **Tese para obtenção do título de Doutor no programa Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento** – PPEGC, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. Disponível em: https://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/claudia-mara-scudelari-de-macedo.pdf. Acesso em: 20 mar 2023.
2. PEREIRA, Elane Silva. Formação e prática do professor autor na EAD: Elaboração de Material Didático para o Curso de Pedagogia da UAB/UECE. 2013. 116 f. **Dissertação** (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2013) - Universidade Estadual do Ceará, 2013. Disponível em:

https://www.uece.br/ppge/wpcontent/uploads/sites/29/2019/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o_ELANE-SILVA-PEREIRA.pdf. Acesso em: 20 mar 2023.
3. BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação a Distância. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância**. Brasília, agosto de 2007. http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf. Acesso em: 20 mar 2023.

Bibliografia Complementar

1. SILVA, Guilmer Brito; ARAUJO, Raphael P. F.; SILVA, Jacqueline Felix da. **Guia de produção de material didático**. Coordenadoria institucional de educação a distância. Universidade Federal de Alagoas, s/a. Disponível em: file:///C:/Users/usuario/Downloads/GUIA%20DE%20MATERIAIS%20DID%C3%81TICOS.pdf. Acesso em: 20 mar 2023.
2. BORGES, S. de S. et al. Gamificação aplicada à educação: um mapeamento sistemático. In: **Brazilian Symposium on Computers in Education (Simpósio Brasileiro de Informática na EducaçãoSBIE**). 2013. p. 234. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/75127. Acesso em: 20 mar 2023.
3. FARDO, M. L. A gamificação aplicada em ambientes de aprendizagem. RENOTE, v. 11, n. 1, 2013. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/41629. Acesso em 20 mar 2023.
4. SOUZA, Sandra Freitas de; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Educação Profissional Inclusiva**: uma oportunidade para pessoas com deficiência. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
5. NOVAES, Maria Helena. O que esperar de uma educação criativa no futuro. **Psicologia Escolar e Educacional**, 2003 Volume 7 Número 2 155-160. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pee/a/qJX93xYMkGvjn3P3FdTXtbh/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 20 mar 2023.

DISCIPLINA: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Bibliografia Básica

1. HOFFMANN, J. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2001.
2. LUCKESI, C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2002.
3. CHUEIRI, M, S, F. Concepções sobre avaliação escolar. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008. Disponível em: https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2469. Acesso em 03 ago 2022.

Bibliografia Complementar

1. BORDENAVE, J. D. et al. **Estratégias de ensino aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 2002.
2. MOREIRA, D. A. (Org.). **Didática do ensino superior**: técnicas e tendências. São Paulo: Pioneira, 2003.
3. GIL, A. C. **Didática do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2006.

4. FERNANDES, D. Para uma teoria da avaliação formativa. **Revista Portuguesa de Educação**, 2008, 23(1), p.41-62.
5. Zabala, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

DISCIPLINA: BASES CONCEITUAIS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Bibliografia Básica

1. ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a qualificação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
2. FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/abstract/?lang=pt. Acesso em 03 ago 2022.
3. MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Bibliografia Complementar

1. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
2. NEVES, Lúcia M. W.; PRONKO, Marcela A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2008. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/25897. Acesso em 03 ago 2022.
3. SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1989. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tes/a/zLgxpxrzCX5GYtgFpr7VbhG/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 03 ago 2022.
4. SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 03 ago 2022.
5. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

DISCIPLINA: DIDÁTICA

Bibliografia Básica

1. PIMENTA, S. G. (Org.). **Didática e formação de professores**: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
2. LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1990.
3. VEIGA, Ilma Passos. **A prática pedagógica do professor de Didática**. São Paulo: Papirus. 1990.

Bibliografia Complementar

1. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
2. VEIGA, Ilma Passos (org). **Didática**: o ensino e suas relações. Campinas, SP: Papirus, 1996.
3. GENTILI, P. A (org.) **Pedagogia da exclusão**. Petrópolis: Vozes, 1992.
4. GIROUX, H. **Escola crítica e política cultural**. São Paulo: Cortez, 1987.
5. FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO E CIDADANIA: DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE

Bibliografia Básica

1. CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. São Paulo: Cortez, 2013.
2. CARVALHO, L. M.; CAMPOS, M. J. O.; CAVALARI, R. M.; MARQUES, A.; MATHIAS, A; BONOTTO, D. Enfoque Pedagógico. Conceitos, Valores e Participação Política. IN TRAJBER, R. e MANZOCHI, L. H. **Avaliando a Educação Ambiental no Brasil**: materiais impressos. São Paulo: Gaia. 1996.
3. JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

Bibliografia Complementar

1. ALMEIDA, LUCIANA TOLEDO. **A política ambiental**: uma análise econômica. São Paulo: Papirus, Unesp, 1998.
2. FERRY L. **A nova ordem ecológica**: a árvore, o animal, o homem. São Paulo: Ensaio, 1994.
3. JACOBI, P. **Educação ambiental**: cidadania e sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, n.18, p: 189-205, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrfTmfHxktgnt/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 20 mar 2023.
4. KRAMER, Sonia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2003.
5. BENEVIDES, Maria Victória. **A cidadania ativa**. Ática. São Paulo, 1991.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO, JOVENS, ADULTOS E O MUNDO DO TRABALHO

Bibliografia Básica

1. DAYRELL, Juarez. MOREIRA, Maria Ignez Costa. STENGEL, Márcia. **Juventudes Contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. Disponível em: http://portal.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20120704131151.pdf. Acesso em 03 ago 2022.
2. LOPES, Andreza Garcia. **A educação escolar do adolescente em conflito com a lei**: as medidas socioeducativas em estudo. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em:

http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100006&script=sci_arttext. Acesso em 03 ago 2022.

3. SILVEIRA, Nadia Dumara Ruiz (Organizadora). **A pessoa idosa**: educação e cidadania. São Paulo Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social. Fundação Padre Anchieta, 2009. Disponível em: https://silo.tips/download/a-pessoa-idosa-educaao-e-cidadania. Acesso em 03 ago 2022.

Bibliografia Complementar

1. ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. ESTEVES. Luiz Carlos Gil. **Juventudes**: outros olhares sobre a diversidade. UNESCO, Brasília, 2007. Disponível em: https://silo.tips/download/a-pessoa-idosa-educaao-e-cidadania. Acesso em 03 ago 2022.
2. COSTA. Clarice Gomes. Desafios da EJA em face das transformações do trabalho. **Revista Lugares de Educação [RLE]**, Bananeiras/PB, v. 3, n. 6, p. 90-103, Jul-Dez, 2013. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rle/article/view/16338. Acesso em 03 ago 2022.
3. VANNUCHI, Paulo. NOVAES. Regina (Org.). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ts/a/PSzgbwJ35SBckMkGYmTf3Cs/. Acesso em 03 ago 2022.
4. ZAMORRA, Maria Helena (organizadora). **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: PUC-RIO/Loyola, 2009.

DISCIPLINA: ÉTICA E EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica

1. BRAGA JUNIOR, Antonio Djalma; MONTEIRO, Ivan Luiz. **Fundamentos da ética**. 2. ed. Curitiba, PR: Intersaberes, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 05 jul. 2024.
2. SÁNCHEZ-VÁSQUES, Adolfo. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
3. TAILLE, Yves de La. **Ética para meus pais**. Campinas, SP: Papirus, 2013. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 05 jul. 2024.

Bibliografia Complementar

1. AQUINO, Julio Groppa. **Do Cotidiano Escolar**. Ensaios sobre ética e seus avessos. São Paulo: Summus Editorial, 2000.
2. COMTE-SPONVILLE, A. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
3. NODARI, Paulo César. **Sobre ética**: Aristóteles, Kant e Levinas. 1. ed. Porto Alegre: Educs, 2010. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 05 jul. 2024.

DISCIPLINA: FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica

1. ARANHA, Maria Lúcia, MARTINS, Maria Helena. **Filosofando**: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2009.
2. BROTHERHOOD, Karina (org.). **Filosofia da educação**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Freitas Bastos, 2024. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 18 jun. 2024.
3. ROCHA, Ronai. **Filosofia da educação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2022. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 03 ago. 2022.

Bibliografia Complementar

1. ARANHA, Maria Lúcia. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 1989.
2. CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005.
3. LUCKESI, Cipriano. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

DISCIPLINA: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica

1. CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
2. LOPES, Eliana M.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000.
3. VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ed. Ática, 2007.

Bibliografia Complementar

1. GHIRALDELLI JUNIOR. **História da Educação Brasileira**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2005.
2. LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **A Escola Pública no Brasil**: história e historiografia. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, c2005. xv, 254 p. (Coleção Memória da Educação).
3. SAVIANI, Dermeval. **Aberturas para a história da educação**: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2023. E-book. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 05 jul. 2024.
4. SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2020. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 05 jul. 2024

DISCIPLINA: INCLUSÃO E NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Bibliografia Básica

1. ASSUMPÇÃO JUNIOR, Francisco Baptista, TARDIVO, Leila Salomão de La Plata Cury (coords). **Psicologia do Excepcional**: deficiência física, mental e sensorial. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
2. MITTLER, Peter. Da exclusão à inclusão. In: **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

3. STAINBACK, S u s a n , STAINBACK, William. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Bibliografia Complementar

1. AMIRALIAN, M. L.T. et al. Conceituando deficiência. **Rev. Saúde Pública**, 34 (1): 97-103, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rsp/a/HTPVXH94hXtm9twDKdywBgy/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 20 mar 2023.
2. MITTLER, Peter. Exclusão social. In: **Educação Inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.
3. FONSECA, Vitor. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
4. REILY, Lúcia. **Escola inclusiva**: linguagem e mediação. 3 ed. São Paulo: Papirus, 2004.

DISCIPLINA: LIBRAS I

Bibliografia Básica

1. STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
2. GESSER, A. **Libras?** que língua é essa?: Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2015.
3. KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. **A imagem do pensamento**: LIBRAS. São Paulo: Lafonte, 2021.

Bibliografia Complementar

1. STROBEL, Karin; PERLIN, Gladis. **Fundamentos da Educação de Surdos**. Disciplina do Curso Licenciatura e Bacharelado em Letras/ Língua Brasileira de Sinais, UFSC, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecifica/fundamentosDaEducacaoDeSurdos/assets/279/TEXTO_BASEFundamentos_Educ_Surdos.pdf>.
2. HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Vol. 1. São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.
3. HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Vol. 2. São Paulo: Ciranda Cultural, 2020.
4. HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais**: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez. Vol. 3. São Paulo: Ciranda Cultural, 2020.
5. RIBEIRO, R. S. A Importância da Educação Bilíngue na Escola: Libras como primeira língua para os surdos. **Revista Educação Inclusiva - REIN**, Campinas Grande, PB, v. 4, n.01, Edição Especial-2020, p.24-38. Disponível em: https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/214/150. Acesso em: 17 jan. 2022.

DISCIPLINA: LIBRAS II

Bibliografia Básica

1. GESSER, A. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender libras. São Paulo: Parábola, 2012.
2. KOJIMA, C. K.; SEGALA, S. R. **A imagem do pensamento**: LIBRAS. São Paulo: Lafonte, 2021.
3. QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia Complementar

1. CAPOVILLA, F. C.; MARTINS, A. C.; RAPHAEL, W. D.; TEMOTEO, J. G. **Dicionário da língua de sinais do Brasil**: a Libras em suas mãos - 3 Volumes. Florianópolis: Editora da UFSC.
2. CAPOVILLA, F. C. e RAPHAEL, W. D. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira**, Volume I: Sinais de A a M. 3.ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2008.
3. LACERDA, Cristina B.F. de. Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos. **Cad. CEDES** [online]. 1998, vol.19, n.46, pp.68-80. ISSN 0101-3262.
4. BERNARDINO, Elidéia Lúcia. **Absurdo ou lógica?** A produção linguística do surdo. Belo Horizonte: Editora Profetizando vida, 2008. 208 p.
5. RIBEIRO, Rosângela Simão. **A Importância da Educação Bilíngue na Escola**: Libras como primeira língua para os surdos. Revista Educação Inclusiva - REIN, Campina Grande, PB, v. 4, n.01, Edição Especial-2020, p.24-38. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/REIN/article/view/214/150>

DISCIPLINA: Neurociência aplicada nos processos de aprendizagem

Bibliografia Básica

1. AMARAL, A. L.; GUERRA, L. B. **Neurociências e educação***:* olhando para o futuro da aprendizagem. Brasília: SESI/DN, 2022.Disponível em: https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/22/e7/22e7b00d-9ff1-474a-bb53-fc8066864cca/neurociencia_e_educacao_pdf_interativo.pdf. Acesso em: 20 mar 2023
2. LENT, Roberto. **Cem bilhões de neurônios:** conceitos fundamentais de neurociências. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2010. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 20 mar 2023.
3. LENT, Roberto. **O cérebro aprendiz:** neuroplasticidade e educação. 1. ed. São Paulo, SP: Atheneu, 2019. *E-book*. Disponível em: https://plataforma.bvirtual.com.br. Acesso em: 20 mar 2023.

Bibliografia Complementar

1. GAZZANIGA, M. S.; IVRY, R. B.; MANGUN, G. R. **Neurociência cognitiva**: a biologia da mente. Porto Alegre: Artmed, 2006.
2. IZQUIERDO, Ivan. **Questões sobre memória**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
3. IZQUIERDO, Ivan. **Memória.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

4. MEIRIEU, Philippe. **Aprender ...sim, mas como**? Tradução Vanise Dresch. Porto Alegre: Artmed, 1998.
5. MORA, Francisco. **Como Funciona o cérebro**. Tradução de Maria Regina Borges Osório. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Bibliografia Básica

1. CURY, C. R. J. A educação como desafio na ordem jurídica. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
2. CURY, C. R. J. **Direito à Educação**: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: FCC, n. 116, jul.2002, p. 245-262. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cp/a/x6g8nsWJ4MSk6K58885J3jd/?format=pdf&lang=pt Acesso em 20 mar 2023.
3. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. **Educação Escolar**: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar

1. AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como política pública**. Campinas: Autores Associados, 1997.
2. MURANAKA, M. A. S.; MINTO, C. A.. Organização da Educação Escolar. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. 2a.ed. São Paulo: Xamã, 2002, p. 43-62.
3. OLIVEIRA, Dalila Andrade, DUARTE, Marisa R. T. **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
4. OLIVEIRA, R. P. O Direito à Educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. 2a.ed. São Paulo: Xamã, 2002, p. 15 – 41.

DISCIPLINA: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E DIVERSIDADE SEXUAL

Bibliografia Básica

1. AÇÃO EDUCATIVA. Séculos Indígenas no Brasil – Fórum de atualização sobre culturas indígenas - Módulos I e II. São Paulo: Ação Educativa, 2009. Disponível em: www.seculosindigenasnobrasil.com. Acesso em 05 jul. 2024.
2. GÊNERO, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf. Acesso em 20 mar 2023.
3. HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

Bibliografia Complementar

1. CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia Africana na Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010. Disponível em:

https://cpvceasm.wordpress.com/wpcontent/uploads/2019/05/cadernotecnologias-africanas_ceap_vf.pdf. Acesso em 20 mar 2023.
2. QUIJANO, Anibal. O que é essa tal de raça? In: SANTOS, Renato E. dos. (Org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais**: o negro na geografia do Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
3. REGIS, Kátia Evangelista; NERIS, Cidinalva Silva Câmara; RODRIGUES, Sávio José Dias. **O global e o local na construção de uma educação emancipatória para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira**. Práxis Educacional, [S.l.], v. 16, n. 39, p. 91-114, abr. 2020. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6361. Acesso em: 20 mar 2023. doi: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i39.6361.
4. VALENTIM, Silvani dos Santos; MOREIRA, Jane. **Africanidades e tribalismo cultural**: experiências de professores (as) da cidade africana de Obuasi, Ghana. Práxis Educacional, [S.l.], v. 16, n. 39, p. 115-137, abr. 2020. ISSN 2178-2679. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6362. Acesso em: 20 mar 2023. doi: https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i39.6362.
5. VALENTIM, Silvani dos Santos; PAULA, Eliete Pereira de. Educação Escolar Quilombola mm Belo Horizonte. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as** (ABPN), [S.l.], v. 8, n. 19, p. 140-155, jun. 2016. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/29. Acesso em: 20 mar 2023.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica

1. BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. Petrópolis, Vozes, 1998.
2. CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.
3. QUINTANEIRO, Tânia et al. **Um toque de clássicos**. Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

Bibliografia Complementar

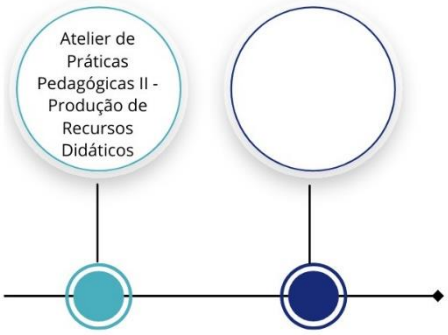
1. ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
2. OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia da educação**. São Paulo, Editora Ática, 2007.
3. RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

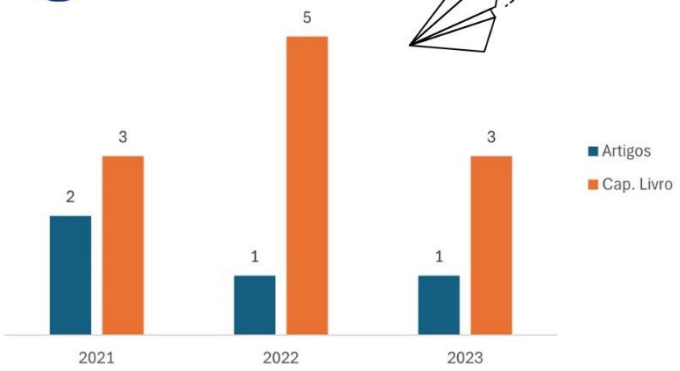
Apêndice B – Perfil dos Professores do PEFD

ALEXANDRE DA SILVA FERRY

Doutor em Educação (UFMG), Mestre em Educação Tecnológica (CEFET-MG) e Licenciado em Química pela UFMG. Atualmente faz parte do Departamento de Educação, atuando no Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica (PPGET) no qual também é coordenador (Gestão 2021-2023 e 2023-2025). Coordena o Projeto Incluir-Ciência voltado para a criação e desenvolvimento de recursos didáticos a partir da incorporação da Grafia Química Braille para o ensino inclusivo a estudantes com deficiência visual na EPT. Lidera o Grupo de Pesquisa sobre Analogias, Metáforas e Modelos na Tecnologia, na Educação e na Ciência (AMTEC) e coordena as atividades do GEMATEC. Tem interesse nos estudos do campo da Multimodalidade na Educação em Ciências e nos estudos que abordam práticas educativas em espaços não formais, como museus de Ciência e Tecnologia.

Disciplinas que leciona no PEFD

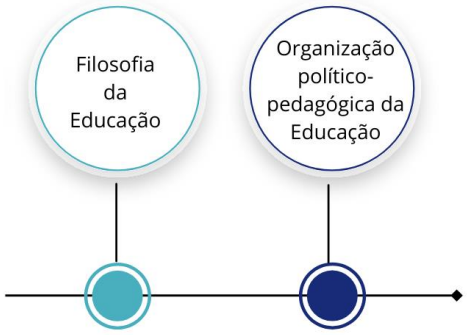




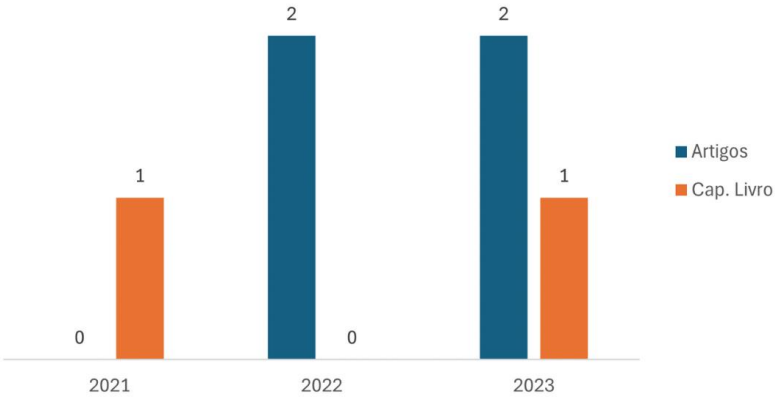
SABINA MAURA SILVA

Coordenadora do Programa Especial de Formação de Docente (PEFD). Professora do CEFET- MG, atuando como docente no Departamento de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica (PPGET). Doutora em Educação e Mestre em Filosofia, ambos os títulos obtidos pela UFMG. Graduada em Filosofia e História. Desenvolve pesquisas no campo teórico do Marxismo, na área de Filosofia, em Filosofia da Educação, Ética e Filosofia da Tecnologia.

Disciplinas que leciona no PEFD



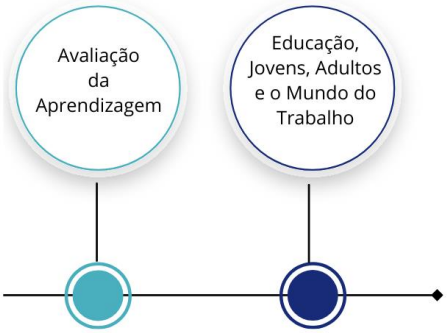
Produção Bibliográfica



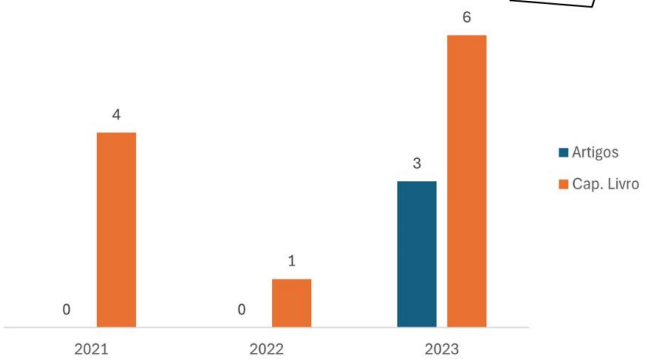
RAQUEL QUIRINO

Pós-doutorado e Doutorado em Educação pela UFMG; Mestrado em Educação Tecnológica pelo CEFET-MG. Professora do Programa Especial de Formação Docente e do Programa em Pós-Graduação em Educação Tecnológica; Líder do Grupo de Pesquisa em Formação e Qualificação Profissional - FORQUAP no CEFET-MG. Pesquisadora e Docente nas áreas: Divisão Sexual do Trabalho; Trabalho Educação; Relações de Gênero na Ciência & Tecnologia e na Educação Tecnológica; Formação Docente; Juventudes, Educação e Trabalho.

Disciplinas que leciona no PEFD



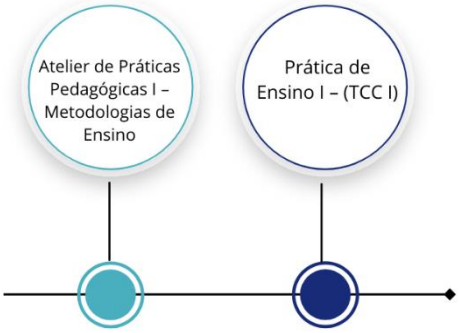
Produção Bibliográfica

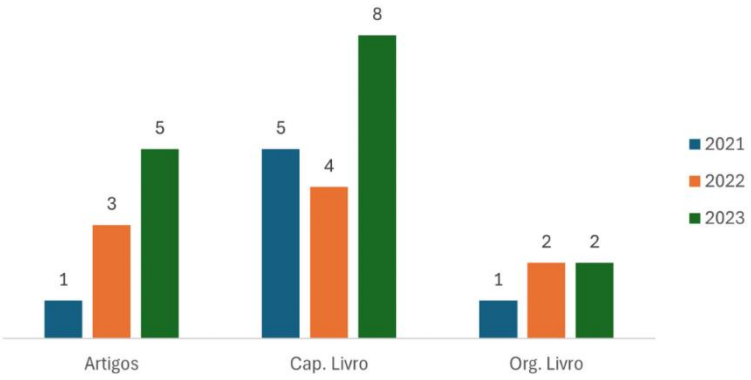


MARIA ADÉLIA DA COSTA

Professora e Coordenadora Acadêmica Nacional do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Vice coordenadora no Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica (PPGET). Professora no Programa Especial de Formação de Docente (PEFD). Líder do Grupo de Pesquisa DPRODEPT. Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação Tecnológica e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Disciplinas que leciona no PEFD

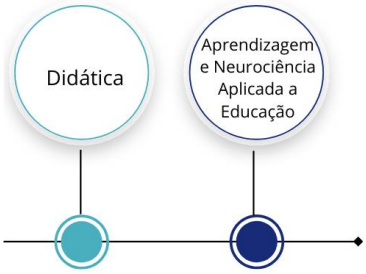




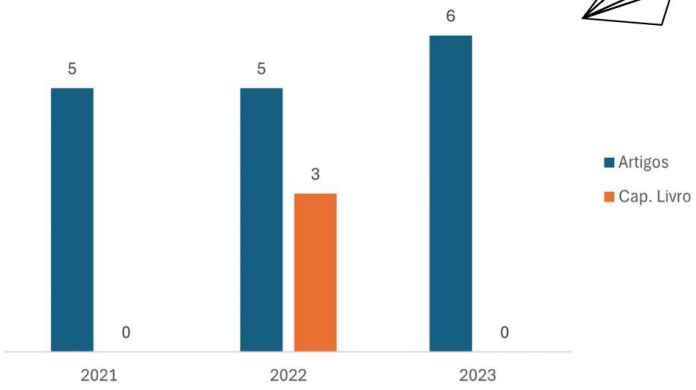
MARCIA GORETT RIBEIRO GROSSI

Professora titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), lotada no departamento de Educação. Leciona no Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica. Doutora em Ciências da Informação pela UFMG. Mestre em Tecnologia pelo CEFET-MG. Graduada no Programa Especial de Formação de Docente pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Pesquisa os seguintes temas: educação a distância, educação tecnológica, neuroeducação e novas tecnologias. Membro da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), a qual integra o International Council for Open and Distance Education (ICDE) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Líder do grupo de pesquisa AVACEFETMG.

Disciplinas que leciona no PEFD



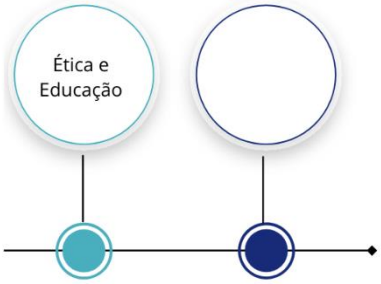
Produção Bibliográfica



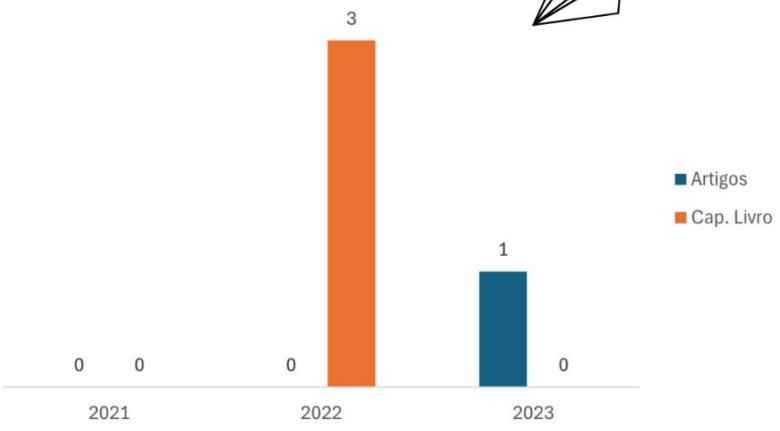
LUIZ HENRIQUE DE LACERDA ABRAHÃO

Professor do Departamento de Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG. Credenciado no Programa de pós-graduação em Educação Tecnológica do CEFET/MG. Pós-doutor (2017), doutor (2015), mestre (2009) e bacharel em Filosofia (2006). Intercâmbios de pesquisa no "Institut Wiener Kreis" (Universität Wien, Áustria) e no "Centro de Filosofia da Ciência da Universidade de Lisboa (Portugal), com visita ao "Zentralen Einrichtung für Wissenschaftstheorie Wissenschaftsethik" (Universität Leibniz Hannover, Alemanha). Membro do GT Filosofia da Tecnologia e da Técnica da ANPOF. Áreas de interesse: Filosofia da Ciência; Filosofia da Técnica e da Tecnologia; Filosofia da Engenharia; Teorias do Método Científico; Criatividade e Design tecnológico.

Disciplinas que leciona no PEFD



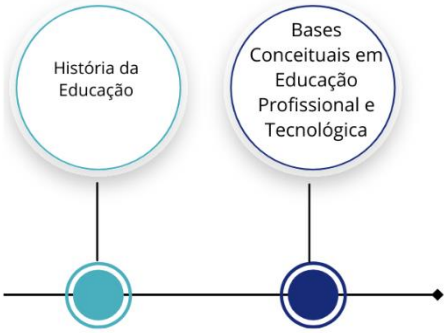
Produção Bibliográfica

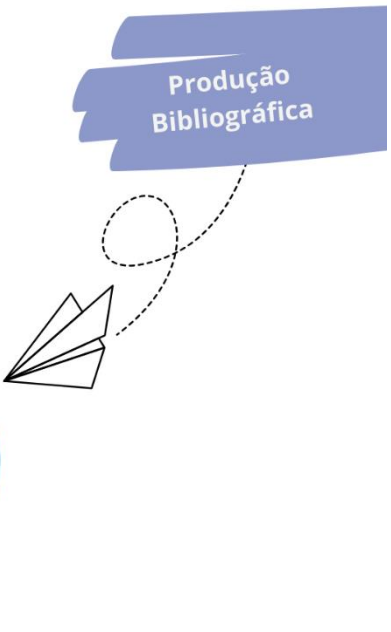


IRLEN ANTÔNIO GONÇALVES

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Tecnologia pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura escolar, história dos intelectuais, história da educação profissional, ensino técnico primário, práticas escolares e formação docente.

Disciplinas que leciona no PEFD

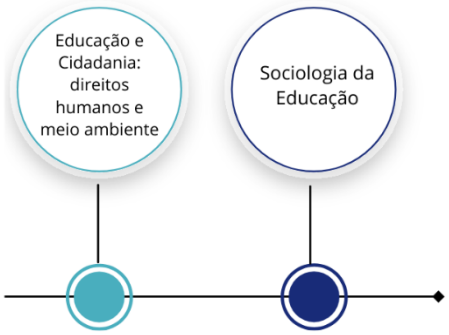


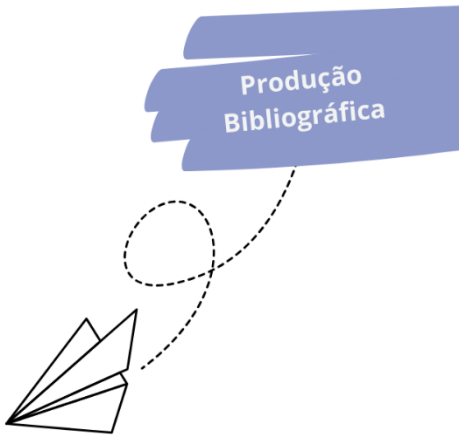


FLÁVIO LUIZ TEIXEIRA DE SOUSA BOAVENTURA

Professor lotado no Departamento de Educação do CEFET-MG. Possui graduação e mestrado em filosofia, doutorado e pós-doc em letras. Foi bolsista da CAPES (PDEE, 2006) na Universidad de Málaga, Espanha, e da FAPEMIG (pós-doc, 2008-2010) no POSLIT/UFMG. Atualmente, leciona na graduação e no Programa Especial de Formação de Docentes (PEFD). Investigações de interesse: diálogos entre filosofia e literatura, formação de docentes, saúde mental, desenvolvimento humano e educação inclusiva.

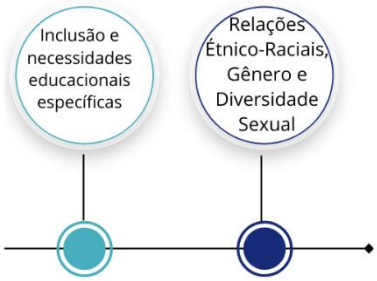
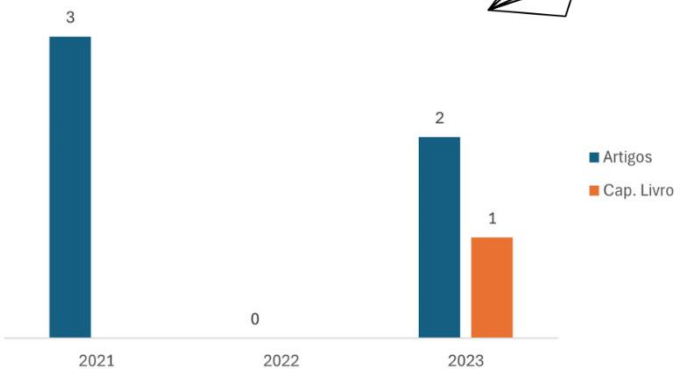
Disciplinas que leciona no PEFD





BOAVENTURA; JARDIM, A. F. C. (Org.) ; SANTOS, S. P. (Org.) ; QUEIROZ, A. (Org.) ; MELO, B. M. (Org.) ; SILVA, C. V. (Org.) ; CARMO, V. S. (Org.) ; LEE, H. O. (Org.) ; MEIRELES, I. (Org.) ; LOPES, L. (Org.) ; FONTES, M. (Org.) ; NOBRE, R. F. (Org.) ; NOVA, V. C. (Org.) . **Cobra coral**: ensaios sobre filosofia e literatura. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Pano de Fundo, 2023.

SILVANI DOS SANTOS VALENTIM

Professora do CEFET-MG, graduada em Pedagogia pela UFMG, Mestre em Currículo e Instrução Pública - Michigan State University, USA. Ph.D em Educação - Gestão e Políticas Educacionais - Programa Interdisciplinar em Estudos urbanos - Temple University, USA. Professora no Departamento de Educação. Atua no PPGET e no Programa de Formação Docente e na Coordenadoria de Gênero, Raça, Ações Afirmativas e Identidades (CGRAI) do CEFET-MG. É pesquisadora das relações raciais e educação, relações de gênero e diversidades, produção de conhecimento, currículo e formação de professores (as). É Diretora de Relações Internacionais da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as) (ABPN) 2022-2024. É membro da American Educational Research Association (AERA) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped).

Disciplinas que leciona no PEFD